

ACTA DA 3ª SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ANGRA DO HEROÍSMO, RELATIVA AO ANO 2011

Aos vinte e nove dias do mês de Junho do ano de dois mil e onze, pelas vinte horas e oito minutos, no Salão da Casa do Povo de Santa Bárbara, reuniu a Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo, na sua 3ª sessão ordinária, a cujos trabalhos presidiu o Sr. deputado municipal Ricardo Manuel Rodrigues de Barros, no exercício das funções de presidente da Assembleia Municipal, secretariado pelos Srs. deputados municipais: Vasco Augusto Pinheiro Gonçalves Capaz e Cristina Margarida Alves de Sousa.

A - PERÍODO DE ABERTURA

O Sr. presidente da Mesa, depois de saudar os presentes, determinou que se procedesse à chamada, tendo-se registado as seguintes presenças:

Grupo Municipal do Partido Socialista

Anabela Mancebo Gomes, António Gabriel Fraga Martins Maio, António Gonçalves Toste Parreira, António Toledo Alves, Cristina Margarida Alves de Sousa, Domingos Manuel Cristiano Oliveira da Cunha, Francisco Sérgio Frade Frota Tavares Barros, Hélio Manuel Melo Vieira, João Carlos Castro Tavares, João Luís Sanchez dos Santos, João Manuel Teixeira Salvador, João Maria Borges da Costa de Sousa Mendes, José Avelino Carvalho Paim, José Gabriel Pimentel da Silva, José Gaspar Rosa de Lima, Luís Leonel Teixeira Salvador, Maria de Fátima Viveiros Cordeiro, Paulo Agostinho Fagundes Cota, Paulo Ângelo Toste Vieira, Ricardo Manuel Rodrigues de Barros, Salvador da Rocha Lopes, Sérgio Manuel Pedro Cardoso, Vasco Augusto Pinheiro Gonçalves Capaz.

Deputados municipais independentes

José Cipriano de Sousa Martins.

Grupo Municipal do Partido Social democrata

Carlos Manuel Pinto Pinheiro, Guilherme Ferreira de Melo, Jorge Henrique da Costa Belerique, Jorge Henrique Meneses Soares, Luís Alberto Garcia de Castro Pereira da Costa, Luís Miguel Forjaz Rendeiro, Manuel Conde Bettencourt, Manuel Diniz Fagundes, Patrícia de Fátima Alvarez Lopes, Rita Olaio de Mendonça Andrade, Rómulo de Ficher Correia, Susana Borges Marcos.

Do CDS-PP

José Alberto Moniz Borges, Maria Eduarda Ferreira Borba, Nuno Alberto Lopes Melo Alves.

Da Câmara Municipal

Andreia Martins Cardoso da Costa, Alonso Teixeira Miguel, Fernando Francisco de Paiva Dias, Francisco Cota Rodrigues, Luís Guilherme Duarte Brasil, Maria Teresa Valadão Caldeira Martins, Raquel Margarida Pinheiro da Silva.

O Sr. presidente da Mesa – “Vamos pôr à discussão para posterior votação, a acta da última sessão. Está á discussão.”

O Sr. d.m. Luís Rendeiro - “Tenho uma pequena correcção a fazer à acta. Há uma parte em que o Sr. vereador Cota Rodrigues acusa alguém de falsificação de documentos e vem o meu nome referido como se ele se tivesse dirigido a mim. Julgo que terá sido um lapso porque esse debate seria entre o Sr. vereador Cota Rodrigues e o Sr. deputado municipal José Alberto Borges. Solicito que seja feita a devida correcção à acta. Muito obrigado.”

Após posterior confirmação que o Sr. vereador Cota Rodrigues se dirigira ao Sr. deputado municipal José Alberto Borges, foi efectuada a devida alteração à acta constante na página 31 da mesma.

O Sr. presidente da Mesa – “Posto isto e com esta alteração, vamos passar à votação... A acta foi aprovada com 32 votos a favor e 3 abstenções.

Vamos passar à leitura do expediente:

- Limpeza dos resíduos sólidos do antigo campo de jogos de S. Sebastião:

No seguimento de uma recomendação aprovada na sessão dessa assembleia de 22 de Dezembro de 2010 respeitante ao assunto supra mencionado, encarrega-me a Sra. Presidente da Câmara de entregar a V. Exa., cópia do ofício 1807 de 21 de Junho de 2011 dos SMAH, informando que os serviços para a limpeza do campo de jogos de S. Sebastião foram adjudicados à empresa MLQ pelo valor de 8 900 € (oito mil e novecentos euros) acrescidos do IVA à taxa legal em vigor.

Mais informam aqueles serviços, que a limpeza foi efectuada de 16 de Maio a 16 de Junho, tendo sido encaminhadas para o aterro municipal da Terceira, 57,69 toneladas de resíduos de construção e demolição, gradados, madeiras e plástico sujo.

É o custo da falta de cuidado de alguns dos nossos munícipes.

- Conservação e valorização do património militar edificado no concelho de Angra do Heroísmo:

No seguimento de uma recomendação aprovada em sessão dessa Assembleia Municipal de 29 de Setembro de 2010, encarrega-me a Sra. presidente da Câmara de entregar a V. Exa., cópia do ofício da presidência do governo datada de 2 de Junho corrente, respeitante ao assunto supra mencionado.

- Da Presidência do Governo é dito que:

A 01 de Junho de 2010 foi assinado um auto de entrega da ermida da Boa Nova, antigo Hospital da Boa Nova, para instalação de um núcleo museológico referente à história militar do museu de Angra do Heroísmo. O imóvel está agora a cargo do MAH, decorrendo a correcção do projecto de remodelação do Núcleo de História militar Batista de Lima. Prevê-se o lançamento do concurso da empreitada ainda no decurso da presente legislatura.

Relativamente ao outro imóvel mencionado, informamos que estão a ser executadas obras na muralha do Forte de S. Sebastião, vulgo Castelinho. As referidas obras estão a ser executadas pela empresa Nascimento, Neves e Filho e o responsável pela obra é o Ministério da Defesa Nacional.

- Envio de relatório de averiguações:

Para conhecimento, encarrega-me a Sra. presidente da Câmara de enviar a V. Exa., cópia do relatório da conclusão da averiguação da legalidade dos processos contratuais entre a autarquia e a empresa João de Freitas Cardoso, no âmbito do pedido de colaboração do Procurador da República junto do Tribunal Administrativo e Fiscal de Ponta Delgada.

- Da Diocese de Angra, da Cúria Diocesana, Vigaria Geral:

Por ordem de Sua Exa. Reverendíssima, o Sr. Bispo de Angra tem a honra de acusar e agradecer a recepção do Voto de Pesar pelo falecimento do Cónego José Garcia.

«Apresentando os meus parabéns e cumprimentos, subscrevo-me com toda a consideração.

O Vigário Geral: Padre Hélder Manuel Cardoso da Fonseca de Sousa Mendes.»

- Parecer Jurídico, regime de incompatibilidades e impedimentos da presidente da Câmara:

Para conhecimento, encarrega-me a Sra. presidente da Câmara Municipal de enviar a V. Exa., cópia do Parecer Jurídico exarado pela sociedade de advogados URÍA MENÉNDEZ-PROENÇA DE CARVALHO sobre a aplicação do regime jurídico de incompatibilidade e impedimento dos titulares de cargos políticos e altos cargos públicos aos procedimentos de aluguer de carrinhas e camiões bem como fornecimento de inertes, por João de Freitas Cardoso.

Lerei apenas as conclusões, dado que o documento é extenso e ficará à disposição de todos os Srs. deputados que o queiram consultar.

Conclusões:

Ponto 1: João de Freitas Cardoso, na sua qualidade de Empresário em Nome Individual, não está abrangido pelo impedimento previsto na alínea a) do nº2 do art. 8º do regime jurídico de incompatibilidades e impedimentos dos titulares de cargos políticos e altos cargos públicos.

Ponto 2: Tendo observado o disposto nos artigos 44º e seguintes do Código de Procedimento Administrativo, partindo da situação prevista na alínea b) do nº 1 desse preceito, a presidente da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo tomou as diligências procedimentais que a lei lhe impunha, não havendo outras, designadamente nos sucessivos regimes sobre contratação pública a que devesse, igualmente, ter atendido.

Ponto 3: Um titular de cargo político não pode ser sancionado, para mais, em modalidade particularmente violenta de perda de mandato e sacrifício extremo dos seus direitos fundamentais de participação na vida pública, art. 48º nº 1 da Constituição e de acesso a cargos públicos, art. 50º nº 1, sem que tenha violado ou sequer podido abstractamente violar a norma que ancoraria a sanção.

O art. 8º, (regime jurídico de incompatibilidades e impedimentos dos titulares de cargos políticos e altos cargos públicos) que não lhe é dirigido, isto é, que não o tem no seu campo subjectivo de aplicação.

Ponto 4: Impõe-se, por isso, uma interpretação abrangente valorativa da regra da alínea a) do nº 3 do art. 10º do regime jurídico de incompatibilidades e impedimentos dos titulares de cargos políticos e altos cargos públicos que deve ser dada por inexistente.

Ponto 5: A presidente da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo não pode ser afectada pelo facto de o seu pai se ter apresentado a procedimentos pré-contratuais sob a égide do município de Angra do Heroísmo.

Ponto 6: E justifica-se que o não seja, pois, além de tudo o mais, cumpriu escrupulosamente o único dever que, nesta matéria, se lhe impunha: Declarou-se sucessivamente impedida de intervir nos procedimentos em que o seu pai se apresentou como interessado e com isso, criou todas as condições constitucionais e legais de observância do princípio de imparcialidade.

Lisboa, 16 de Maio de 2011.

Bernardo Moniz de Ayala e João Louro e Costa.

- Recomendação aprovada na sessão da Assembleia Municipal de 25-02, parquímetros:

No seguimento do vosso ofício nº 37 de 03 de Março de 2011, remetendo uma recomendação aprovada em sessão desse Órgão deliberativo sobre o funcionamento dos parquímetros, informa-se V. Exa. que na reunião efectuada com a RESOPRE, empresa concessionária dos parquímetros, foram sinalizadas as seguintes questões:

- Funcionamento desadequado do cartão cidade,
- Avarias constantes dos equipamentos,
- Mau funcionamento do equipamento telefónico disponibilizado aos munícipes.

Acresce informar que na reunião supra mencionada, a citada empresa assumiu o compromisso de, no caso do cartão cidade, avaliar se se tinha tratado de um problema de qualidade do lote, bem como rever a questão do atendimento telefónico.

Assim, encontra-se esta câmara municipal a aguardar os resultados das diligências promovidas pela RESOPRE.

- Do Conselho de turma do 6º ano da Escola Básica e Secundária Tomás de Borba, agradecimento no âmbito do projecto de cidadania e sustentabilidade:

Os 24 alunos da turma 1 do 6º ano de escolaridade em conjunto com os seus docentes vêm por este meio, agradecer a vossa amabilidade, disponibilidade e apoio aquando da visita de estudo à Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo realizada no dia 25 de Fevereiro, bem como a intervenção dos alunos na AM no passado dia 29.

Solicitamos a cedência dos registos fonológicos das intervenções dos alunos na AM do passado dia 29 de Abril para documentar a intervenção no portfólio do referido projecto.

- Recomendação - Quiosque da Praça Velha:

Encarrega-me a Sra. presidente da Câmara de informar que a recomendação enviada a coberto do vosso ofício de 04 de Maio findo respeitante ao assunto mencionado em epígrafe, foi cumprida.”

O Sr. d.m. Francisco Barros – “Pedi a palavra para fazer um pedido e uma pergunta. Antes de mais, Sr. presidente, Srs. Membros da Assembleia, Sra. presidente da Câmara, Sras. e Srs. vereadores, estimado público, uma primeira palavra para agradecer ao Sr. presidente da junta de freguesia de Santa Bárbara, pela amabilidade e a forma como nos recebeu aqui nesta casa.

É sempre agradável começar uma reunião com o estômago um pouco mais reconfortado. O nosso agradecimento ao Sr. presidente da junta de freguesia e a todos os seus colaboradores porque não foi ele que preparou isto tudo sozinho.

Sr. presidente, o meu pedido prendia-se com a facultação, logo que possível, ao grupo municipal do Partido Socialista, dos Pareceres jurídicos há pouco referenciados aquando da leitura da correspondência.

Pergunto ao Sr. presidente se, para além dos Pareceres aqui apresentados, esta Assembleia, através do seu presidente, recebeu mais algum Parecer sobre a mesma matéria. Passo a explicar porque pergunto isto: De acordo com uma conferência de imprensa dada pelo Sr. vereador António Ventura no dia 13 de Março do corrente ano, dizendo que a Câmara apresentou uma queixa à justiça relativamente a esta matéria, lê-se, a páginas tantas e passo

a citar: «*As queixas do Social-democrata são sustentadas em 3 Pareceres jurídicos que, segundo Ventura, são unânimes em considerar que a lei impede a empresa em causa do pai da presidente, de concorrer a qualquer trabalho municipal*».

Bom, tendo em conta o que ouvimos de conclusões de um Parecer em sentido contrário, gostaria de saber se esta Assembleia recebeu isso, assim como a queixa que foi apresentada em separado, pelo que percebo, ao Tribunal Constitucional e ao Ministério Público, porque o que está aqui em causa, (de acordo com o Sr. vereador), é que, se este processo começar a demorar, os Social-democratas pretendem desenvolver iniciativas para garantir apenas a gestão corrente da autarquia e impedir que sejam tomadas decisões de fundo.

Há aqui uma ameaça explícita feita sobre a Sra. presidente da Câmara. A pergunta é relativa à recepção desses Pareceres.”

O Sr. presidente da Mesa – “Toda a correspondência entrada, foi lida. Não há outros Pareceres além dos que eu li.

Quanto à questão que colocou sobre a distribuição de cópia do Parecer, mandarei enviá-las logo que possível, bem como a todos os deputados que assim o entendam.”

O Sr. d.m. Francisco Barros – “Nesse caso, farei uma segunda pergunta: Se o Sr. presidente poderá diligenciar junto dos vereadores do Partido Social Democrata, neste caso, junto do Sr. vereador António Ventura, uma cópia destes 3 Pareceres jurídicos que são unânimes em considerar que a lei impede a empresa do pai da Sra. presidente da Câmara, para que nós, também enquanto Órgão de decisão política (e este assunto já foi também objecto de discussão na última Assembleia Municipal), percebamos o que se está aqui a passar ou se isto não passou de uma mera manobra de propaganda.”

O Sr. presidente da Mesa – “Não vejo nenhum problema em solicitar ao Sr. vereador, se tem algum Parecer que possa facultar a esta Assembleia.”

B – PERÍODO DESTINADO AO PÚBLICO

O Sr. presidente da Mesa – “Vamos passar ao ponto referente à intervenção do público. Pergunto se há alguém do público que queira intervir. Faça favor. Deve intervir aqui à frente dizendo primeiro o nome, referindo-se depois ao assunto de forma sucinta.”

O munícipe Durval Santos – “Muito boa noite a todos. Sou o Durval Santos, presidente da Cada do povo de Santa Bárbara. Antes de mais, os meus cumprimentos ao Sr. presidente da Assembleia Municipal, a todos os Srs. Deputados, à Sra. presidente da Câmara e restantes vereadores e a todos os Srs. presidentes de junta do nosso concelho.

É com muito prazer que a Casa do Povo e a freguesia de Santa Bárbara acolhem esta Assembleia Municipal. Espero que o trabalho que se faça hoje aqui reverta a favor de todo o concelho e, (se me permitem puxar a brasa à minha sardinha), de uma forma especial, à freguesia de Santa Bárbara e a toda a zona oeste da ilha Terceira.

Não sei se os Srs. sabem, mas a zona oeste, desde as Cinco Ribeiras às Doze Ribeiras possui cerca de 8,4% da população do concelho de Angra do Heroísmo. Há questões que nos preocupam, não só as questões do betão, mas essencialmente as da área social, dos idosos, da infância, da adolescência e da juventude.

Enveredando por uma questão em concreto e de acordo com o que foi delineado na última reunião de Câmara realizada nesta freguesia, refiro-me à escola da Santa Bárbara, um assunto de que tanto se falou e tanta tinta fez correr.

Santa Bárbara e mais concretamente a instituição a que presido, reafirmam a urgência na resolução deste problema. Não se trata da escola de Santa Bárbara, mas sim, da escola da zona oeste da ilha Terceira porque, infelizmente, o parque escolar das crianças do 1º ciclo da zona oeste da ilha não é o melhor e urge que seja intervencionado o mais brevemente possível.

A Casa do Povo está a desenvolver um projecto em parceria com o Governo Regional que é a requalificação da escola do miradouro que ficou endereçada à Casa do Povo através de permuta efectuada entre a própria instituição e a Câmara Municipal para a cedência dos terrenos para a construção da referida escola. Nesse contexto, é nossa linha de pensamento que a mesma seja construída onde fora inicialmente projectada.

Se calhar, excluimos a hipótese do segundo ciclo, mas reiteramos a vontade da instituição e, creio, das populações locais, que o projecto seja revisto, sem dúvida, mas que avance na zona prevista na medida em que será lançado em poucos meses o funcionamento do ATL e o centro de convívio de idosos. Por questões logísticas, educativas e pedagógicas, de estratégia e de funcionamento, urge que a escola seja construída onde estava inicialmente previsto.

Apelo ao vosso bom senso, independentemente das convicções políticas de cada um, porque não são os meus interesses que estão em causa, mas sim, os dos nossos filhos. Para que o sistema educativo seja rigoroso, haja mérito e seja premiado pela excelência, tem que haver condições de trabalho educativas e pedagógicas. Creio que, nesta primeira fase, esta é a grande preocupação de todos os barbarenses.

Por último, posso dizer que, enquanto presidente da instituição, a Casa do Povo estará de portas abertas para acolher qualquer outra instituição, presidente de junta e qualquer força política que se faça aqui representar ou não esteja aqui representada.

A nossa preocupação é defender os interesses da instituição mas, acima de tudo, defender os interesses desta comunidade, independentemente das convicções de cada um. É esta a nossa preocupação. Enquanto presidir a esta instituição, seguramente me norteari e pautarei por esses princípios. Muito obrigado a todos, bom trabalho e felicidades.”

O Sr. presidente da Mesa – “Muito obrigado, Sr. presidente da Casa do Povo, meu amigo Durval. Da nossa parte, é importante referir que tem sido nossa preocupação, levar o mais longe possível, as reuniões da Assembleia para que todos os munícipes tenham a possibilidade de, mais facilmente, participarem nas suas sessões.

Penso que é um dever nosso que cumprimos com todo o gosto. Julgo que estou a ser intérprete de todas as Sras. e Srs. deputados desta Assembleia. Tem a palavra o Sr. Fernando Jorge Silva.”

O munícipe Fernando Jorge Sousa Silva – “Olá, boa tarde, sou o Fernando Jorge Sousa Silva, vivi 32 anos na freguesia de S. Bento e tive a felicidade de casar em Santa Bárbara na qual fiz moradia e onde gosto muito de viver.

Quando vim para cá morar, muitos dos meus colegas disseram: «Eh pá, vais morar para Santa Bárbara, aquilo é o fim do mundo, é longe, aquilo é assim, aquilo é assado e tal...» e eu nunca acreditei nisso. A ilha é tão pequena e não acho que 12 quilómetros sejam uma distância muito grande que não se possa percorrer. Noto que é perto mas acaba por ser longe para muita coisa.

Quando morava em S. Bento, tinha sempre a tendência para fazer pisca à esquerda e dirigir-me para os lados da Praia; é normal, havia um objectivo que era a cidade da Praia. Passava a Ribeirinha, Feteira, Porto Judeu, S. Sebastião e tal e poucas vezes vinha para este lado. Penso que é o que acontece a muitos cidadãos do concelho de Angra do Heroísmo. Dão o tal pisca à esquerda e vão para os lados da Praia, o que é normal devido à situação geográfica da ilha.

Não estou a pedir nenhuma cidade, mas queria pedir mais qualquer coisa para este lado. Quando falo dessas freguesias, não estou a falar mal delas; estou apenas a referir o que falta nas freguesias deste lado.

Se, por exemplo, eu morar no Porto Judeu, tanto posso trabalhar em Angra como na Praia. Se morar em Santa Bárbara, Cinco Ribeiras, Serreta, Altares ou Raminho tenho que ir trabalhar para Angra porque é o centro de emprego da ilha Terceira. É a minha opinião.

Quando refiro que esta é uma zona muito esquecida, é porque é uma zona muito esquecida porque alguém deve ter visto nos cadernos eleitorais, que os idosos eram quem mais votava. Eu não tenho nada contra os idosos. Hoje em dia, qualquer coisa para os idosos, é bom. Qualquer coisa simpática, é para os idosos e tal... Para os jovens, nada! Se calhar os jovens fizeram parte desses 65% da abstenção nas últimas eleições porque não têm absolutamente nada nesta zona. É muito triste ser jovem nesta zona! Muito triste!

Tenho muita coisa para dizer e se calhar não estou a fazê-lo da melhor forma porque é muita coisa para dizer num curto espaço de tempo. O que eu pedia era um pouco mais de atenção para esta zona porque está muito, muito esquecida.

Vou falar do IMI (imposto municipal dos imóveis). Foi proposta e penso que, votada por unanimidade, numa sessão da Assembleia Municipal, uma minoração à zona classificada de Angra e às freguesias das Doze Ribeiras, Serreta, Raminho e Altares. Uma minoração de 30% que é o que está na lei e é o máximo que pode haver.

Não vejo qual é o problema de, Santa Bárbara, Cinco Ribeiras, S. Bartolomeu e S. Mateus também terem essa minoração, já que esta é uma zona muito desprotegida. Não vejo tanto desenvolvimento em Santa Bárbara e nas outras freguesias que referi, para possuírem a taxa normal, enquanto as outras freguesias têm uma taxa de menos 30%. Não vejo o desenvolvimento que Santa Bárbara tem a mais em relação a outras freguesias.

Volto a dizer que não tenho nada contra as Doze Ribeiras, Serreta, nem nada disso. O que acho é que se deveria fazer nesta zona (que é uma zona mais desprotegida, com pouco emprego e com falta de muita coisa para os jovens, para os idosos e para a população média), era torná-la numa zona de coesão da cidade de Angra com mais qualquer coisa para estes lados. Toda a gente fala: «A escola, a escola, a escola...» Sempre houve escolas aqui. Os miúdos nunca deixaram de estudar.

Para mim, o problema da escola, passa a ser um problema quando deixa de ser uma escola do 2º ciclo e passa a ser uma do 1º ciclo. Há cá escolas do 1º ciclo. As crianças estudam da mesma maneira. Não sei qual é o problema. Para mim, o problema é passar de uma escola do 2º ciclo para uma do 1º ciclo. Não vejo qual o interesse em construir uma escola do 1º ciclo, se os miúdos já têm uma escola do 1º para aprenderem da mesma maneira.

Há aqui outras dificuldades. Houve um projecto de 5 milhões numa escola. Eu posso dizer assim: «Eh pá! Então, estão a dever 5 milhões a esta zona!» Desses 5 milhões, distribuam 1 milhão para a Serreta, outro para as Cinco Ribeiras ou 1 milhão para qualquer lado para que se faça mais qualquer coisa nesta zona.

Ser jovem aqui é muito complicado. Praticar desporto aqui é muito complicado. Muito complicado! Há um pavilhão na Serreta e o resto? Não tem. Os jovens querem fazer qualquer coisa, não há. Se os jovens vão aos cafés, não prestam porque vão aos cafés. Não têm outro espaço para conviverem e falarem. Não têm. É muito complicado.

Peço a todas as pessoas que virem um pouco mais as suas atenções e preocupações para esta zona porque aqui também vive gente. Obrigado, boa noite.”

O Sr. presidente da Mesa – “Muito obrigado, amigo Fernando. Como é regimental, estas intervenções do público são tomadas em devida conta pela Câmara e serão respondidas na altura que se entender oportuna.”

C – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

O Sr. d.m. Guilherme de Melo – “Sr. presidente da Assembleia, Sra. presidente da Câmara, Sras. e Srs. vereadores, Sras. e Srs. deputados municipais, Exmo. Público.

A bancada do PSD também se quer associar e agradecer à junta de freguesia de Santa Bárbara pela recepção que tivemos aqui e, à Casa do Povo, por ter cedido as suas instalações para a realização desta reunião da Assembleia Municipal.

Queria também congratular-me por estarmos na freguesia mais antiga da zona oeste da ilha Terceira, uma freguesia com grandes pergaminhos na história e no desenvolvimento da nossa ilha Terceira. Muitas pessoas de Santa Bárbara foram exemplos para muitos cidadãos da nossa terra. Na pessoa do Sr. presidente da junta, quero expressar a nossa homenagem a esta freguesia.

Queria aproveitar esta oportunidade para me congratular com a CM e com os SM pela limpeza que fizeram ao antigo campo de jogos da vila de S. Sebastião. Tratou-se de uma recomendação apresentada pelo grupo municipal do PSD acompanhada de fotografias porque aquilo estava em péssimo estado. Constatámos que, 58 toneladas, era muito lixo que ali estava depositado.

Independentemente da acção efectuada, se houvesse a oportunidade, gostaríamos de ser esclarecidos se os SM tomaram algumas providências ou alguma medida de prevenção para que as pessoas não voltem a depositar lixo naquela zona. Muito obrigado.”

A Sra. d.m. Rita Olaio Andrade – “Obrigada. Exmo. Sr. presidente e restante Mesa, Sra. presidente da Câmara e restantes vereadores, Srs. deputados, Exmo. Público.

Queria voltar a uma questão que já tinha colocado há 3 Assembleias Municipais sobre o trânsito em S. Carlos no percurso que vai da escola Tomás de Borba à mercearia. É uma questão que me preocupa particularmente, porque trabalho ali na Direcção Regional, mas, também, a muitas pessoas que ali circundam, principalmente os alunos.

Julgo que é urgente uma solução para aquela situação antes que haja uma tragédia. Um dia, uma criança vai ser atropelada ali e depois do leite derramado é mais complicado.

Agradecia que a CM executasse as diligências necessárias como, por exemplo, colocar ali umas lombas, uns semáforos, transformar a via em sentido único ou outra coisa qualquer para que se proteja, de alguma forma, quem ali circula até se arranjar outra solução. Aquilo está muito perigoso e não sei até quando é que a gente vai poder falar nisto de ânimo leve sem ter de falar numa tragédia.

Outras 2 questões: Em relação aos contentores do lixo para todas as freguesias, gostaríamos de saber quando serão distribuídos, porque temos conhecimento que algumas ainda não tiveram acesso a esses contentores.

Gostariam também de saber, para quando, os contentores específicos para os sacos de plástico e de ração, junto dos postos de recolha do leite.”

O Sr. d.m. José Cipriano Martins – “Muito boa tarde Sr. presidente, Sra. presidente da Câmara, Srs. vereadores, colegas deputados municipais e prezado público.

Há poucos dias, no Hotel de Angra, assisti ao lançamento do novo passe social para pessoas que utilizam os transportes públicos. Acho que é de louvar esta iniciativa do Governo Regional ao estabelecer um protocolo com a EVT para baixar o preço dos transportes públicos, criando um novo passe social mais barato.

Numa altura em que só se fala em sacrifícios, em especial, para aqueles que têm ordenados mais baixos e têm que viajar todos os dias de autocarro desde as freguesias mais distantes, ao fim do mês vai-se embora uma fatia grande do ordenado. Parece-me que esta iniciativa é de louvar.

Pelo que entendi, anteriormente já havia um passe social em que as pessoas beneficiavam em cerca de 30% comparando com o bilhete normal. Com este novo passe parece que a vantagem ultrapassa os 50% de desconto comparando com o tal bilhete normal de transporte.

Acho que isto é muito importante e pode ajudar as pessoas das freguesias mais distantes que vivem com dificuldades e usam os transportes públicos. Estes descontos parecem-me aliciantes para que, mais pessoas passem a usar os transportes públicos. Acho que se ganhava em 2 sentidos: As pessoas economizavam bastante dinheiro porque quem viaja das freguesias mais distantes, gasta valores bastante elevados e, ao mesmo tempo, também seria bom para o ambiente porque havendo menos carros nos caminhos, queimava-se menos combustível.

Parece-me que há mais uma vantagem: Havendo bons transportes, talvez eles contribuam para a fixação das pessoas nas freguesias, o que cada vez é mais difícil, de acordo com este senhor que dizia que as pessoas têm tendência a fugir das freguesias. Normalmente, quando fogem das freguesias, para onde vão? Para os arredores da cidade aumentando os bairros sociais. Já se sabe que, quanto maior o bairro social, maiores os problemas. Está provado que, muita gente em áreas pequenas, complica a qualidade de vida.

Voltando aos passes, acho que esta iniciativa é de louvar e acho que bem que se façam outras como esta a favor dos mais desfavorecidos, dos que têm mais dificuldades. Obrigado.”

O Sr. d. m. Nuno Melo Alves – “Boa noite Sr. presidente, Srs. membros da Assembleia, Sra. presidente da Câmara, Srs. vereadores.

Antes de mais, queria agradecer ao Sr. presidente da junta de freguesia de Santa Bárbara e ao Sr. presidente da Casa do Povo. Ao primeiro, pelo convívio que nos proporcionou antes desta sessão e por nos receber aqui e ao segundo, também por nos receber aqui e disponibilizar este espaço.

Tenho 2 ou 3 perguntas para a Câmara e também um breve comentário a fazer em relação a 2 ou 3 coisas que foram ditas aqui. Não ia falar nisto, também não falei na altura da intervenção do público, mas como este assunto da mobilidade, da desertificação nos concelhos, já foi abordado em 2 intervenções, gostaria de referir que há coisas que, neste

momento, são irrelevantes e apenas contam para História, digamos assim, uma História recente, uma vez que outros rumos foram tomados e são irreversíveis nesta fase.

Há uns anos atrás, antes da escola de S. Carlos estar construída e quando o concelho de Angra tinha outra configuração (e aqui não é nenhuma alusão política, era outra configuração em termos de vias, em termos de localizações espaciais e ocupação dos espaços), numa das candidaturas que eu encabecei à Câmara de Angra, uma das propostas que tinha, era precisamente, a não construção da escola que foi feita em S. Carlos e a sua deslocalização para Santa Bárbara.

Conjuntamente com isso, uma via a poente, que eu e o deputado Alvarino Pinheiro defendemos como se chamando de «Via do Oeste», digamos assim. Uma espécie de via rápida para ligar Angra a este lado da ilha aqui à Serreta ou a uma destas pontas da ilha, precisamente para que houvesse maior fixação de pessoas nesta zona e pudéssemos ter infra-estruturas públicas aqui a dinamizar, nomeadamente, uma escola de uma dimensão que, como alguém aqui há pouco referia, veio até trazer problemas de segurança na zona de S. Carlos, com a circulação automóvel e todas as alterações que ali foram feitas.

Isto foi apenas para registo histórico e gostaria de dizer o seguinte: As alternativas que às vezes são propostas, nem sempre são devidamente estudadas ou respeitadas, apenas porque vêm da oposição ou de partidos mais pequenos.

É importante que, quem está no poder, também tenha alguma humildade para estudar e aceitar as propostas que às vezes vêm dos outros, porque, se isso tivesse sido feito, ter-se-iam resolvido 2 ou 3 problemas e não se teriam criado muitos outros.

Em relação às minhas perguntas, de uma forma muito sucinta, uma delas tem a ver com boatos ou informações que correm acerca da bomba de gasolina dos Alto das Covas. Já votámos aqui uma recomendação por unanimidade que saiu da bancada do PS, para que aquela bomba não fosse ali reconstruída, mas tenho ouvido alguns zunzuns insistentes (não sei se têm algum fundamento), que esse processo não está encerrado e que essa possibilidade não está definitivamente excluída. Queria saber se a Câmara tem alguma informação nesse sentido que nos possa adiantar, porque aquilo tem Pareceres de várias entidades.

Por outro lado, há duas sessões atrás ou na última em que estive presente, abordei um assunto que tinha a ver com alguns buracos e alguma ondulação que se verificava no pavimento da estrada do Pico da Urze.

Na altura, a informação que tinha é que essa estrada ainda não tinha sido recebida e isso seria provavelmente corrigido antes da recepção por parte dos SM, como entidade adjudicante.

Vejo que as pinturas já estão feitas, não sei se isso significa que a via já foi aceite e entregue, se essas correcções, essas repavimentações nos sítios onde havia buracos e onde se verifica uma ondulação notória na subida do alcatrão já foram efectuadas, se isso já foi recepcionado oficialmente ou não, ou se ainda vamos a tempo de corrigir a situação.”

A Sra. presidente da Câmara – “Sr. presidente da Assembleia, Srs. deputados, caríssimo público, Sr. presidente da junta de freguesia de Santa Bárbara e restantes elementos da junta de freguesia aqui presentes.

Quero agradecer a amabilidade clara de nos receberem aqui e também, com toda a humildade, agora que posso intervir, prestar alguns esclarecimentos que me foram solicitados, sobretudo em relação às motivações que estiveram subjacentes a determinadas decisões que passaram também por este Órgão.

Começo pelo Sr. deputado Guilherme Melo, que me questionou sobre as providências tomadas quanto à limpeza de S. Sebastião. Depois do alerta da junta de freguesia sobre esta matéria, de uma visita feita ao local por mim e pelos Srs. vereadores e também aquando da deliberação tomada por esta Assembleia Municipal, foram informados de que já tínhamos iniciado as diligências, com vista à limpeza daquele espaço.

Também vos foi dito que era determinante para a operacionalização, uma fiscalização mais efectiva, mais actuante e termos o regulamento de resíduos devidamente aprovado, questão que também já foi submetida a esta Casa. Esse regulamento foi aprovado e agora retoma, por via da necessidade de eliminarmos uma norma que estabelecia a necessidade da sua publicação em Diário da República, para efeitos de entrada em vigor.

Esta é a medida de fundo tomada com vista aos meios de fiscalização e actuação para se obviarem situações daquela natureza. Paralelamente a esta situação, vamos vedar o acesso àquele espaço, facultando apenas o acesso aos agricultores que têm terrenos para além do campo de jogos.

Na missa, o Sr. padre teve a amabilidade de anunciar que se tinha procedido àquela limpeza, o esforço financeiro que fora feito, as toneladas de lixo que dali foram retiradas e sensibilizou a população para que também ela seja mais actuante e fiscalize no sentido de se descobrir o infractor. Penso que esta iniciativa é importante. Temos que chegar às pessoas para que se perceba o dispêndio de verbas e o esforço que se fez na limpeza daquele espaço.

Penso que também é importante dizer que a própria junta de freguesia tem intenção de reconverter aquele espaço numa zona de lazer para torná-la mais acessível, com outro tipo de uso e assim evitar a deposição de resíduos.

No fundo, são estas as medidas que a Câmara Municipal, em conjunto com a junta de freguesia, adoptou no sentido de manter aquele espaço limpo e dar-lhe um uso adequado.

Quanto às questões colocadas pela Sra. deputada Rita Andrade referentes ao trânsito em S. Carlos, penso que a Sra. deputada deve ter conhecimento de todas as diligências que a Câmara Municipal já fez e também daquelas em que já participou por iniciativa da Secretaria Regional da Ciência, Tecnologia e Equipamentos através da Delegação das Obras Públicas.

Alguns moradores tiveram conhecimento de que a Secretaria estaria a pensar em converter aquele troço numa via de sentido único. Houve, de imediato a objecção dos moradores que passariam a ser beneficiados com trânsito de pesados e veículos de transpores públicos de passageiros, opondo-se a uma circulação alternativa por essa via.

Também já tive oportunidade de explicar aqui que, após as avaliações feitas pela Secretaria e tratando-se de uma via regional, não é muito fácil encontrar uma alternativa ao Caminho do Meio de S. Carlos no que respeita ao trânsito de veículos pesados e de transporte de passageiros. É essa a informação de que dispomos.

Também já informei aqui que a Câmara Municipal, na obra que fez na Canada dos Folhadais e que aqui foi referida, já deixou um ponto de electrificação para permitir a colocação de sinalização luminosa que apenas se fará conjugada com a da via regional.

A Secretaria está relutante em adoptar essa medida porque, para que seja instalada a sinalização luminosa é preciso garantir a existência de passeios de ambos os lados da via a fim de se colocar uma passadeira e a circulação das pessoas se faça com segurança.

Há aqui um conjunto de constrangimentos que não podemos ignorar porque eles existem, de facto. Trata-se de um troço francamente estreito entre o entroncamento com a Canada dos

Folhadais e a igreja de S. Carlos e um bocadinho depois disso, entre a Canada Nova e a Canada dos Cinco Reis. Há ali, de facto, perigos grandes para a circulação de pessoas.

De qualquer forma, como também devem saber, recentemente tomou posse o novo Delegado das Obras Públicas a quem vamos voltar a colocar esta questão, no sentido de avaliar se a posição se mantém ou se está a ser estudada uma alternativa.

Quanto ao posto de abastecimento de combustíveis do Alto das Covas, a informação de que dispomos é que, enquanto entidade licenciadora, temos dois Pareceres desfavoráveis, quer do ISQ, quer da Direcção Regional da Cultura e, como tal, nunca poderá ser licenciado um posto de abastecimento de combustíveis com os Pareceres desfavoráveis destas entidades. É obvio que o proprietário tem toda a legitimidade para reformular o projecto e voltar a apresentá-lo.

Quanto à estrada do Pico da Urze, já foram feitas algumas reparações e correcções relacionadas com as tampas de acesso dos diversos serviços que intervieram naquela área. Não sei onde se localizam essas ditas ondulações e, se calhar, tínhamos interesse em saber. Eu, pelo menos, não me apercebi delas. Da minha parte, solicitei correcções que tinham a ver com escoamento de águas e com as caixas de acesso.

Para terminar e relativamente às intervenções do Durval e do Fernando Silva: Em diversas circunstâncias, já tive oportunidade de falar com o Sr. Durval sobre a matéria da escola.

Sabe que eu defendo a construção de uma nova escola em Santa Bárbara e que esta escola primária, do 1º ciclo pré-escolar com equipamento desportivo, responda às necessidades, não só da freguesia de Santa Bárbara, mas também das Cinco Ribeiras e das Doze Ribeiras. Isto, porque entendo que a qualidade do ensino também melhora com as instalações e porque nós temos três escolas com poucos alunos, o que quer dizer que temos mais do que um ano lectivo por professor. Isto garantiria que teríamos um professor por cada ano lectivo, o que me parece importante para um tratamento adequado e vermos a qualidade do ensino melhorada.

Este equipamento que se pretende construir também será dotado de instalações desportivas que corresponderão às necessidades da população da freguesia de Santa Bárbara e não só, porque o que se pretendia criar aqui era um pavilhão já com uma determinada dimensão e qualidade que permitisse também que as equipas que treinam nas Doze Ribeiras, na Serreta e no Raminho, ou seja, aqui nas imediações, pudessem vir aqui fazer os seus jogos. A nossa intenção é dar resposta ao que me parecem necessidades importantes. Foi esta a situação que colocámos ao Governo Regional e do qual aguardamos resposta.

Quanto às questões levantadas pelo Fernando Silva, que tenho o gosto de conhecer há uns anos: É da minha geração e é natural que se preocupe com estas questões, como eu. Preocupamo-nos com questões que têm a ver com os jovens da nossa idade, com os mais novos do que nós e, sobretudo, já nos preocupamos com as necessidades dos nossos filhos. Pelo menos, é assim que eu vejo o processo de desenvolvimento sem nunca nos esquecermos que temos avós e pais e as comunidades têm que dar resposta. É assim que funciona em todas as faixas etárias e só assim é que garantimos o respeito necessário à dignidade humana, independentemente da idade de cada um.

Penso que Santa Bárbara tem uma Casa do Povo com bastante dinamismo e iniciativas interessantes para a população jovem. Tem merecido da Câmara Municipal e sei que também do Governo Regional, um apoio na dinamização de um conjunto de actividades de sensibilização de jovens para os problemas das dependências, para os problemas dos consumos, a disponibilização da sala com computadores para acesso à internet, que também é algo recente, a própria loja R.I.A.C. que traz para aqui uma dinâmica muito interessante e

a reabilitação da Sociedade Filarmónica que ocupa tantos jovens na formação musical. Tudo isto são preocupações que, sendo elas transversais, também abrangem os jovens.

Quanto à questão do IMI que foi aqui colocada, cumpre-me apenas esclarecer o que me motivou, ou o que nos motivou a apresentar esta proposta à Assembleia Municipal. O que a lei prevê é que é possível minorar o IMI por duas razões: Por motivos de desertificação e pela necessidade de reabilitação urbana. Foi por isso que tomámos essa medida quanto ao centro histórico da cidade.

As freguesias incluídas na zona classificada beneficiam da redução do IMI assim como as que sofrem de desertificação ou seja, redução do número de habitantes como é o caso das freguesias do Raminho, Altares, Serreta e Doze Ribeiras.

Porque é que não incluímos Santa Bárbara ou S. Bartolomeu como foi sugerido pelo Fernando? Na nossa perspectiva, Santa Bárbara e S. Bartolomeu estão longe de estar a par das freguesias da Serreta e das Doze Ribeiras num aspecto muito particular e os censos vão-nos dar esta informação muito concreta.

É uma freguesia mais próxima do centro que tem tido uma dinâmica em termos económicos, já com a presença de um conjunto de empresários interessantes e, como disse o Fernando, também tem conseguido captar jovens. Foi por isto que fizemos esta distinção e também por se tratar de uma zona que, pelos equipamentos criados, terá a capacidade de uma captação adicional que as freguesias da Serreta e das Doze Ribeiras não terão. Foi este o pressuposto de base.

Comparativamente com Santa Bárbara, S. Bartolomeu tem ainda diferenças substanciais. É, talvez, a freguesia que mais cresce a nível de construção de habitação no nosso concelho, o que significa que não há uma necessidade de redução do IMI para fixar as pessoas naquela freguesia. É o que a lei dispõe e por isso, foi o critério adoptado para aquelas freguesias. Não é algo que se possa fazer de forma indiscriminada. No entanto, tudo isto não significa que a situação não venha a ser revista, caso se entenda que, mesmo com as medidas adoptadas, não se consiga fixar a população.

Um dos aspectos interessantes dos censos é verificar que as freguesias dos Altares e do Raminho quase conseguem garantir estabilidade ao nível demográfico, o que é interessante, porque falamos consecutivamente do envelhecimento da sua população.

Há estudos que revelam que, na verdade, ambas as freguesias estão a ser capazes de captar população. Se calhar, em função do resultado dos censos, será necessário ajustar estas medidas para a realidade efectiva, porque quando estas foram adoptadas, ainda não dispúnhamos desses dados, havendo apenas a referência do número de licenças atribuídas para construção de habitação, indiciadoras de uma determinada situação. Com os dados efectivos, vamos ter que ajustar.

Penso que o Fernando Silva falou de uma questão que tem a ver com o facto de não se olhar para a população mais jovem, que ela não vota, mas acho que não há um único motivo para um determinado grupo da população votar mais ou votar menos.

É obvio que da parte dos agentes políticos em geral (e aqui falamos de governo, de oposições, do governo nacional, regional, local, não interessa), temos que ser capazes de olhar para a população, independentemente de saber quem vota e em quem e adequar as medidas às necessidades da população. O que me motiva é o interesse público geral e não, os interesses particulares.”

A Sra. presidente da Câmara – “Pedia ao Sr. Vereador Cota Rodrigues que esclarecesse a questão dos contentores do lixo.”

O Sr. vereador Cota Rodrigues – “Sr. presidente da Assembleia, Srs. vereadores, Sra. presidente da Câmara, Srs. presidentes de junta, Srs. deputados, muito boa tarde a todos.

Quanto às questões que me foram colocadas em relação aos contentores, eles ainda não chegaram. Logo que cheguem, pretendemos abrir novos pontos de recolha, aumentar o número de ecopontos e, à medida que os contentores que estão agora em utilização se forem deteriorando, vamos-os substituindo pelos novos. Os contentores que ainda se encontram em boas condições não serão substituídos.

Também retiraremos contentores para colocar junto dos postos agrícolas, precisamente para os resíduos agrícolas.”

O Sr. d.m. Francisco Barros – “Sr. presidente, Srs. membros da Assembleia, Sra. presidente, Sras. e Srs. vereadores.

Deixo aqui 2 ou 3 notas muito breves: A primeira das quais prende-se com uma questão que aqui foi colocada e que eu preferiria colocar de um modo mais abrangente sobre alguns problemas de trânsito e circulação que se têm verificado neste concelho.

Têm sido uma preocupação recorrente, quase constante, com identificação de alguns pontos críticos e que até já foram objecto de várias recomendações por parte desta casa, o que me leva a tecer algumas considerações. Isso tem que funcionar de uma forma coordenada entre a administração regional, a administração local e as forças de segurança.

Há 2 sessões, aprovámos um conjunto de recomendações sobre essa matéria, uma das quais se prendia com o estacionamento na zona entre a igreja de S. Mateus e o Terreiro. Pode ter sido ou não coincidência, mas algum tempo após ter sido aprovado, devido a um reforço da vigilância e policiamento, durante algum tempo, não se viam ali carros estacionados.

Neste momento, a situação já voltou exactamente ao que estava. A verdade é esta: Continuam a estacionar ali, por vezes em 2 faixas e andamos por ali a serpentear. Referi esta situação, porque passei por lá, mas as outras são similares: Silveira, Alto das Covas, etc.

Isto leva-me a outra questão, Sra. presidente, que não se prende directamente com esta, mas sim com o que o Sr. presidente da junta de freguesia das Cinco Ribeiras falou a propósito dos passes sociais.

Devia haver uma consciencialização para o recurso aos transportes públicos em detrimento do transporte particular. É uma postura, um trabalho que tem que se fazer ao longo dos tempos, daí que pediria à Câmara, a informação sobre o que já foi falado na Assembleia por várias vezes: A realização de um estudo de tráfego, para se perceber eventuais melhorias e correcções ao trânsito.

A segunda nota é uma congratulação sobre um outro assunto já aqui falado algumas vezes e que foi uma das questões também colocadas pelos jovens que estiveram na Assembleia de Abril, referente aos locais onde depositar o lixo na cidade.

Gostaria de congratular pela colocação das benditas papeleiras, com umas linhas estéticas que passam perfeitamente despercebidas, o que é bom. É um elemento arquitectónico que não contém dissonância nenhuma. Queria congratular-me por terem sido colocadas antes das Sanjoaninas, o que foi bastante aprazível.”

O Sr. d.m. Luís Rendeiro – “Muito boa tarde, Sr. presidente, Srs. membros da Mesa, Sra. presidente da Câmara, Srs. vereadores, caríssimos Srs. deputados, membros do público.

Para dar umas achegas, começaria pela questão levantada pelo Sr. deputado Nuno Melo Alves e que eu trazia precisamente para propor aqui, referente à tal estrada do oeste, que não só, foi proposta, como também fez parte de um programa eleitoral na altura em que o Dr.

Vítor Cruz foi candidato do Governo Regional e em que estava prevista a construção dessa obra. Pelos vistos, ela não foi assumida como prioridade e acho que, mais do que nunca, volta a ser um tema de debate muito pertinente, porque, em termos de ordem de importância para as populações e desenvolvimento da ilha, se me dessem a escolher entre um cais de cruzeiros em Angra e uma estrada com essas características que ligasse a zona oeste da ilha às cidades de Angra e Praia, à via Vitorino Nemésio, ao hospital, ao aeroporto, ao matadouro, ao Porto da Praia e por aí abaixo, tinha, na minha óptica, mais importância e mais peso do que outras obras que se anunciam.

Uma vez que estamos em Santa Bárbara e o tema que mais interessa à população, tem, inevitável e incontornavelmente a ver com a escola e uma vez que todos os partidos aqui representados têm tido um papel activo e preocupado com esta questão, gostaria de saber se há novos desenvolvimentos acerca desse tema, se já há alguma reacção à proposta que Sra. presidente fez, de uma escola construída noutros moldes, que englobasse apenas 1º ciclo, pavilhão desportivo, portanto, aquelas iniciativas discutidas na última reunião de Câmara.

Gostaria também de saber se há mais algum *feedback* por parte da Secretaria Regional porque, atendendo aos estudos da Carta Educativa do concelho, há situações que têm a ver com dinâmicas populacionais e de natalidade, para que não cheguemos a um ponto em que, (se os critérios utilizados, forem única e exclusivamente de ordem demográfica ou económica), não se passe de uma situação em que havia escolas pequenas e com más condições em várias freguesias, para uma situação em que, financeiramente, se opte mais tarde por deslocar todos os alunos da zona oeste para a grande escola que já está construída, a escola Tomás de Borba. Gostaria de saber qual é o ponto actual da situação.

Visto que a escola de S. Sebastião está quase pronta e operacional, gostaria de saber qual é a situação prevista para a escola do Porto Judeu, uma vez que a comunidade escolar daquela freguesia é a maior daquela zona, tendo tantos ou mais alunos que S. Sebastião e a Feteira juntos.

Tratando-se de uma escola que foi intervencionada há muito pouco tempo, quais as previsões em termos de parque educativo? O que é que vai acontecer? Gostaria de saber se os alunos vão ser parcialmente transferidos para a escola de S. Sebastião, se vamos ter uma situação transitória, se há mais alguma informação que possa ser dada, porque não queremos correr o risco de termos escolas novas e bem equipadas e haver falta de alunos para lá colocar por questões demográficas ou outras.

Para concluir, a última questão tem a ver com um tema recorrente que tenho referido nas várias reuniões da Assembleia Municipal: A relva sintética do campo de jogos municipal continua no aterro sanitário. Sei que há instituições interessadas: Escolas, clubes desportivos, etc., por isso gostaria de saber se aquela relva sintética está em condições de ser reutilizada e o que falta para que possa ser atribuída a novos e bons usos.”

A Sra. d.m. Rita Olaio Andrade – “A minha intervenção é sobre a escola de S. Carlos. Acho que todos temos consciência dos actuais constrangimentos, o que implica resolver aquela situação. Tenho a certeza que a Câmara está a efectuar as melhores diligências junto das Obras Públicas, mas o que é certo é que a escola já está a funcionar há dois anos e os problemas persistem.

Bem sei que têm que se fazer muitos estudos e realizar muitas avaliações, mas a minha intervenção e da minha bancada vão no sentido de se descobrir alguma solução provisória para se tentar, de alguma forma, salvaguardar a segurança de quem ali transita e proteger os nossos munícipes porque sei que uma resolução definitiva vai demorar um pouco mais de tempo.”

A Sra. presidente da Câmara – “Quanto à questão colocada pelo Sr. deputado Francisco Barros referente ao estudo de tráfego, nós já recebemos as propostas de algumas empresas, neste momento estão a ser avaliados os custos e o trabalho que cada uma apresentou e brevemente teremos informação sobre esta matéria.

Quanto à escola de Santa Bárbara, já prestei a informação anteriormente, ou seja, fizemos propostas e estamos a aguardar resposta.

No que à escola de S. Sebastião e Porto Judeu diz respeito, o Sr. presidente da junta poderá dar uma informação talvez mais detalhada que a minha, porque temos estado mais ou menos a acompanhar a situação em paralelo. De qualquer forma, a intenção da anterior secretária Lina Mendes e penso que da actual secretária, é a de que seja apenas transferido o 4º ano do Porto Judeu para a Escola de S. Sebastião, mas penso que o Sr. presidente da junta terá gosto em falar sobre essa matéria.

Quanto à relva sintética, a primeira proposta foi-nos apresentada pela junta de freguesia das Doze Ribeiras para que a mesma fosse colocada no actual campo de jogos daquela freguesia. Na sequência dessa mesma proposta estamos a aguardar resposta devido à necessidade de uma avaliação técnica e também dos custos de colocação dessa relva.

Para além disto, temos ainda um conjunto de outras possibilidades, como a colocação daquele relvado em campos menos qualificados e outras propostas de aluguer. As propostas são variadíssimas, mas, antes de darmos qualquer outro uso ao relvado, queremos avaliar as condições da possibilidade da sua colocação nas Doze Ribeiras.

É preciso que se note que aquele relvado foi retirado do campo de jogos municipal, porque não tinha condições, por isso, não queremos colocá-lo de qualquer maneira na freguesia das Doze Ribeiras. Apesar de poder vir a ter menos uso do que no campo de jogos municipal, tem que garantir as condições mínimas para voltar a ser colocado.

Eu ouvi com atenção as palavras da deputada Rita Olaio. Com certeza que teremos isso em consideração.”

O Sr. d.m. João Tavares – “Boa noite a todos, Sr. presidente da Mesa, Sra. presidente da Câmara, Srs. deputados municipais e público daqui da freguesia de Santa Bárbara.

Sobre a questão da escola de Porto Judeu, a informação que chegou não foi oficial. Em tempo oportuno reuni com a Sra. Secretária e foi tudo esclarecido.

Ao contrário do que foi dito, a escola não fechará e continuará a funcionar nos mesmos moldes em que está actualmente, excepto o 4º ano, a leccionar no próprio edifício, porque fica sempre abrangido pelo apoio social e com a integração do ATL, o transporte diferenciado dos outros alunos até à escola de S. Sebastião e regresso a Porto Judeu, isto para continuar com o apoio social a nível do ATL, apoio que os pais necessitam nessa área.

A única alteração são 20 novos alunos, neste caso, que vão ter aulas na escola de S. Sebastião e serão de depois colocados na escola de Porto Judeu, para o prolongamento escolar. Tudo o resto fica na mesma, desde o projecto desenvolvido pela Casa do Povo e pela junta. Na escola, tudo fica a funcionar igual.

Também salientei com a Sra. secretária, que a estrutura da escola de S. Sebastião para o 1º ciclo não tem capacidade para receber aquilo que eventualmente diziam, a escola toda, porque tinham que adaptar outras áreas dos outros ciclos, que não eram as mais convenientes para integrar os alunos do 1º ciclo. Foi tudo compreendido e continuará a funcionar como está.

Queria esclarecer aqui que a questão dos alunos de Porto Judeu irem para S. Sebastião prendeu-se com uma situação: Em 2006 ou 2007, não sei precisar, na possibilidade de uma turma do 4º ano ter que vir para Angra e ter que se remodelar todas as turmas de forma a não exceder o número necessário por turma para não sair, ficou acordado com o Sr. secretário da Educação, o Dr. Álvaro Menezes que, por ventura, a escola, com o crescente, podia saltar para S. Sebastião, mas nunca seria mais que o 3º ano. Manter-se-ia a Pré e o 1º ciclo a leccionar na escola, mas nunca fechava.”

O Sr. d.m. Luís Rendeiro – “Na sequência desta intervenção, não se prevê então, que seja um período transitório. Prevê-se que a escola continue a funcionar apesar da saída do 4º ano, eventualmente continuará com alguns alunos, alguma turma, se necessário for. A escola de S. Sebastião não tem capacidade para absorver aqueles alunos todos do Porto judeu?!”

O Sr. d.m. José Alberto Borges – “Muito boa noite, Sr. presidente, restante Mesa, Sra. presidente da Câmara, Sr. vereador, Srs. deputados municipais, minhas senhoras e meus senhores.

Em primeiro lugar, gostaria de felicitar a forma como decorreram as Sanjoaninas, felicitar o Sr. presidente e toda a sua equipa, voluntários, toda aquela estrutura humana que pôs as festas em pé e que levou a que, para mim, as Sanjoaninas tivessem grande sucesso. Desejo que a futura presidente tenha, pelo menos, a mesma sorte que teve o seu antecessor.

Em segundo lugar, em relação às casas de banho móveis de que falei na reunião anterior, gostaria de perguntar à Sra. presidente se já há alguma solução, porque penso que têm corrido rios de urina por detrás dos carros e das árvores. Já passaram dois meses e... pronto. Se fosse possível, seria de toda a utilidade, apressar um bocadinho essa situação.

Pergunto também à Sra. presidente se os candeeiros que foram retirados da rua da Sé por terem sido alvo de acidentes, vão ser recolocados ou substituídos por outros novos.

Em relação a escola de Santa Bárbara, não me vou alongar muito. Depois dessa trapalhada toda que houve na comunicação social, ficámos a saber que o Sr. vereador e vice-presidente da Câmara também sabe mentir. Não sou eu que o digo, é o jornal que escreve. A notícia do Diário Insular de 4 de Maio diz que: “...a tutela adianta também que é falso que esteja a ponderar possibilidades de construção, entre outras, ao contrário do que havia dito o vice-presidente da autarquia de Angra do Heroísmo em reunião de Câmara”. Ele também sabe mentir, parabéns.

Penso que a Sra. presidente depois disso tudo, irá enveredar todos os esforços para que Santa Bárbara tenha a sua escola, porque a zona merece, seja ela uma escola do 1º Ciclo, do 2º, escola profissional, etc. Que seja feito tudo o que possa contribuir para o desenvolvimento dessa parte da ilha.

Depois disso tudo e das explicações que a Sra. presidente já deu, que irá enveredar todos os esforços, embora a situação económica não seja a melhor, nós contamos com o seu esforço para que isso aconteça.

Queria dizer também que, depois de tanta mentira do Sr. vereador Cota Rodrigues, quando ele diz que a água do concelho é excepcional, eu já tenho dúvidas. Por isso já me precavi, já comprei um filtro, para que não me aconteça nada.”

O Sr. d.m. Carlos Pinheiro – “Boa tarde, Sr., presidente, Exma. Câmara, Srs. vereadores, estimado público.

Sinceramente, não estava para me pronunciar, mas depois do que ouvi aqui, entristece-me bastante que, ao longo dos vários meses que a junta de freguesia da Feteira tem vindo a

conduzir o assunto «escola da Feteira» com a Sra. ex-secretária, Dra. Lina Mendes e com a actual Sra. secretária Cláudia Cardoso, até agora nunca tenhamos sido oficialmente informados de nada; nem que a escola fechava, nem quais iam ser as condições, nada. Actualmente, tanto o corpo docente, como os pais dos alunos e até a própria junta de freguesia da Feteira, nada sabem sobre a situação real daquela escola.

Um das coisas que eu gostava de dizer aqui ao Sr. Cipriano, é que agradeço que se tenha lembrado da questão dos passes sociais, mas, cada vez mais, a vida urge a que tenhamos outras atitudes.

Isso de fazer deslocar crianças de 3 ou 4 anos, da Feteira para a Vila, como pai, se a minha filha estiver doente, não vou estar uma hora à espera que chegue a camioneta para ir buscá-la à escola de S. Sebastião. Já não é como antigamente, quando tínhamos familiares que nos podiam acudir na hora certa.

Também me entristece que se ouça dizer tantas vezes que se deve poupar, gastar cada vez menos nos combustíveis e me façam, como presidente da junta e a todos os pais da Feteira, gastar mais 7 km para cada lado, cada vez que temos que ir buscar os nossos filhos à vila. É triste. Felizmente não estamos a ser desertificados de pessoas porque crescemos bastante. Estamos, é a ser desertificados de espaços.

Quando fui presidente da comissão de pais da escola, uma das minhas grandes batalhas, foi fazer ver ao Sr. secretário da altura, o Dr. Álamo Menezes, que a freguesia tinha condições para que aquela escola fosse criada e que, há cerca de 5 anos, o seu arranjo custara 768 mil euros, fora a revisão de preços.

Passados 5 anos, a escola poderá ser adaptada para outra coisa, o que eu não concordo, porque deixamos de ter identificação. A escola é a identificação de um povo, de uma freguesia. É lá que os nossos filhos são criados. Filhos que respeitam o tio, a avó, o avô e os vizinhos. Quando deixarem de se conhecer, passará a haver muito mais falta de respeito. São coisas que muito me entristecem.

Às vezes não se trata de uma questão económica. É por desconhecimento, porque, cada freguesia, por mais pequena que seja, tem a sua identificação, a sua maneira de ser, de estar e isso não lhe deve ser retirado.

Sinceramente, estou bastante triste por ter chegado ao final do mês de Junho e não saber de nada. Isto faz lembrar aquele provérbio que diz que o último é sempre o último a saber. Até agora eu tenho sido o último porque ainda não soube absolutamente nada por parte da Sra. secretária.

Mais ainda: No dia 1 de Junho fizemos o dia mundial da criança, conjugámos esse dia com o dia da Assembleia de Freguesia, convidámos a Câmara, que não pôde estar presente e convidámos também a Educação e Formação que se fez representar. O que os miúdos mais perguntaram foi se a escola ia ser fechada e o representante disse que sabia tanto como eles. Foi o que o que disse o Dr. Hugo Rosa.

Na segunda-feira telefonei novamente ao Dr. Hugo Rosa e nada me foi dito. Há duas semanas escrevemos uma carta à Dra. Cláudia Cardoso para que nos seja esclarecido como é que tudo vai funcionar. Ninguém sabe de nada. Se sabem, então, estão pura e simplesmente a mentir-nos e eu não aceito isso.

O Sr. d.m. José Cipriano Martins – “Acho que o meu colega interpretou mal o que eu disse. Eu não me referi à escola nem a números. Referi-me a pessoas que vivem nos Altares, nos Biscoitos, na Serreta, que passam a ter um passe social muito mais barato. Era a isso que me referia. Não mencionei as escolas nem os alunos...”

O Sr. d.m. Carlos Pinheiro – “E disse que se as pessoas levam os carros para a cidade, é porque têm os filhos na escola e se lhes acontecer alguma coisa, eles têm que vir de carro.”

O Sr. d.m. José Cipriano Martins – “Mas eu não falei nesses...”

O Sr. d.m. Carlos Pinheiro – “Está certo. Não falou nesses, falou noutros. Está bem, pronto.”

O Sr. d.m. José Cipriano Martins – “Eu falei nas pessoas que vão trabalhar para Angra e que pagam os transportes que são caros, se tiverem que comprar um bilhete normal. Com estes passes que foram postos à disposição de quem os quiser usar, as pessoas que trabalham nas freguesias mais longe de Angra, ficam a ganhar e não é pouco. Não falei nada das escolas nem dos alunos.”

A Sra. presidente da Câmara – “Quanto aos candeeiros da Rua da Sé e um da Praça Velha que foram destruídos devido a acidentes de viação: Tínhamos dois em stock que foram substituídos durante o Inverno e agora temos mais uns quantos para substituir. Já encomendámos, têm que ser fabricados, porque, não são coisas que, pelos vistos, se comprem todos os dias. Estamos a aguardar a sua recepção para depois serem colocados.

Quanto ao possível encerramento da escola da Feteira, também não disponho de mais informação. A única coisa que sei é que, já há muito tempo (não está dependente desta Sra. secretária), que é dado como líquido o encerramento da escola da Feteira e a criação de um ATL naquele espaço, penso que com a concordância do Sr. presidente da Junta de freguesia. Pelo menos, foi esta a conversa que tivemos no próprio local há uns meses atrás aquando da visita de proximidade à freguesia da Feteira.

Quanto às Sanjoaninas, penso que foram um sucesso. Há sempre coisas a melhorar, mas penso que estas correram francamente bem. A próxima presidente das Sanjoaninas 2012 é uma barbarensense a quem, todos desejamos as maiores felicidades nesta enorme responsabilidade que ela resolveu abraçar.”

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

1 – DA CÂMARA MUNICIPAL

1.1 - Informação da Senhora Presidente da Câmara Municipal relativa à actividade municipal desenvolvida durante o período de 30 de Abril a 27 de Junho, bem como informação sobre a situação financeira da Câmara, nos termos da alínea e) do n.º 1 do artigo 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, para apreciação.

A Sra. presidente da Câmara – “Há um grupo de elementos aqui destacados, dos quais saliento o encontro de coros e a comemoração do Dia Internacional da Família, uma iniciativa da CULTURANGRA que mobilizou muitas famílias. Foi um dia bastante interessante com diversas actividades, quer na zona do Relvão, quer na Baía de Angra com passeios de barco, entre outras.

É também de salientar o facto de este ano termos hasteado simbolicamente a nossa Bandeira Azul nas Cinco Ribeiras e termos, mais uma vez, renovado as bandeiras azuis em todas as zonas que candidatámos. Tivemos ainda uma zona balnear com bandeira de acessibilidade.

Penso que estamos todos de parabéns. É também importante realçar a qualidade da nossa água e a manutenção das nossas zonas balneares.

Já aqui foi focado o passe social que me parece um elemento determinante numa altura de contenção de grandes exigências às famílias, como já foi aqui dito. Penso que é fundamental que seja dada a devida atenção à componente do apoio social e o passe social inclui-se necessariamente nesses apoios.

Mais do que apresentar, fico a aguardar que me coloquem questões.”

O Sr. d.m. Nuno Melo Alves – “Mais uma vez, muito boa tarde Sr. presidente, Srs. membros da Mesa, Sra. presidente da Câmara, Srs. vereadores, Srs. deputados municipais, Srs. membros da Assembleia Municipal.

Tenho uma pergunta rápida e curta em relação às execuções da despesa e da receita nestes primeiros, à data de 9 de Junho de 2011, conforme são apresentados, quer da Câmara, quer dos SM.

As contas dos SM não devem estar feitas a duodécimos? Ou está calculado ao duodécimo? Estava a achar uma diferença muito grande. A sugestão é que, à semelhança da Câmara, se fizesse o ajuste a duodécimos porque se transmite algum realismo em relação ao andamento da execução.”

A Sra. presidente da Câmara – “Discordo profundamente porque acho que deve ser a Câmara a ajustar a sua realidade a uma execução anual e não duodecimal, sobretudo ao nível das despesas de capital. Estamos a falar do pacote 3 ou da estufa, investimentos cujos procedimentos decorrem no primeiro semestre.

Se avaliarmos pelo regime duodecimal, fica francamente penalizado no primeiro semestre, quando já sabemos que a despesa só se executa no segundo. É evidente que isso pode ter algum interesse para algumas tipologias de despesa corrente, interesse ao nível das despesas com pessoal e outras despesas com consumíveis, mas não terá interesse, avaliar um regime duodecimal ao nível dos seguros. Não conseguimos fazer qualquer apreciação lógica nessa matéria.”

O Sr. d.m. Nuno Melo Alves – “Peço desculpa por entrar em diálogo, mas enquanto o regime de apresentação destes documentos for em óptica de caixa, só faz sentido ser em duodécimos. Quando deixar de o ser, bom, aí temos outra coisa: Receitas separadas dos proveitos e a contabilização separada da execução financeira. Não é o caso. Por isso é que eu fazia essa sugestão embora isso possa mudar a muito breve prazo, porque novas coisas vêm na contabilidade, não é?”

O Sr. d.m. Jorge Belerique – “Sr. presidente, boa noite. Restantes Sras. e Srs. deputados, público aqui presente, Exma. Câmara. A todos, quero cumprimentar.

No relatório que nos apresenta e muitíssimo bem, a Câmara dá aqui grande ênfase e destaque às Sanjoaninas e ao programa que decorreu ao longo dos vários dias.

Queria tecer aqui algumas considerações muito breves. A primeira era transmitir através da Câmara, uma palavra de apreço a toda a comissão das Sanjoaninas 2011 pelo trabalho desenvolvido. São pessoas que, na maior parte dos casos, dedicam um ano da sua vida e da sua disponibilidade em prol das festas e de todos nós, uns anos melhores, outros piores. Acho que este ano tudo correu muitíssimo bem e essas pessoas são merecedoras do nosso reconhecimento.

Queremos deixar aqui esta palavra, em particular para o Sr. presidente, porque as festas decorreram, como já aqui se disse, muito à imagem da maneira de ser do André, ou seja,

foram alegres, descontraídas e bem-dispostas, como é, claramente, a sua imagem de marca. Com áreas melhores e outras nem tanto, em termos gerais, quer a comissão quer a Câmara, como é óbvio, estão de parabéns pelo trabalho desenvolvido.

Queria fazer dois comentários específicos sobre a forma como decorreram as Festas. Seja crítica construtiva ou sugestão, conforme a Câmara quiser entender, um tem a ver com o início e o encerramento das festas. Durante muitos anos, habituámo-nos a que as Sanjoaninas comesçassem, como diziam as pessoas, no dia da rainha e acabassem no dia do fogo-de-artifício.

A forma como têm começado, é quase um dia do “não-começo”, ou seja, em vez de começarem, vão começando e em vez de acabarem, vão acabando. Pessoalmente, acho que, em termos de identidade das festas, faz muito mais sentido que se comece e se acabe.

Recordo-me que no ano passado, houve uma altura em que, num domingo havia iluminação e noutra dia já estavam a desmontar cabos. Havia estas duas situações ao mesmo tempo. É uma mera sugestão. Eu percebi a lógica inicial da contenção de custos, mas acho que se consegue fazer isso durante as festas. Assim, não existe aquela identidade e não se percebe quando é que começam as festas.

A outra questão tem a ver com a noite das marchas. Penso que é reconhecido por todos nós que se trata da noite de referência das Sanjoaninas, pelo menos em termos da participação de todos os municípios e das marchas em si.

Este ano foi um ano anormal em termos do número de marchas participantes. De vez em quando há situações dessas e acho bom que assim seja para bem do concelho. Este ano vieram várias marchas de outras ilhas e acho que isso também foi bom. Vêm as pessoas, vêm os acompanhantes, vem muita gente. Toda esta dinamização com a presença destas pessoas é boa para o concelho e para as festas e todos nós ganhamos com isso.

Hoje vi uma crítica no jornal. Percebo a nossa forma de querer receber bem e dar primazia a essas marchas quando vão desfilar. No entanto, de certa forma é injusto que, quem anda aqui todos os anos a aguentar isto e a participar, seja preterido em relação a quem vem aqui participar pontualmente. Essas pessoas, essas marchas, são muito bem-vindas, muito bem recebidas, mas são apenas mais uma marcha e deveriam participar no sorteio como todas as outras.

Estou a falar porque aconteceu-nos isto este ano. É injusto para quem anda aqui todos os anos a fazer a festa, acabar por sair às 2h15m da manhã e terminar às 3h30, enquanto quem vem aqui pontualmente, é convidado, tem um passe especial ou o que quer que seja e não entra no sorteio. Sinceramente, é injusto. Deixava aqui esta recomendação para que esta situação fosse revista nos próximos anos.”

A Sra. presidente da Câmara – “Penso que, se tivéssemos conversado antes sobre as Sanjoaninas, não teríamos chegado a um consenso tão grande. Acho que são duas questões a avaliar.

Para mim, o dia de começo das festas tem que ser o dia em que tradicionalmente elas começam, ou seja, no dia do desfile de abertura. O calendário do próximo ano ajuda-nos um bocadinho nessa matéria. Como a noite de marchas será num sábado, a noite de abertura terá que ser necessariamente na sexta-feira, terminando no sábado à frente, porque um dia de festas faz toda a diferença num orçamento.

Continuo a defender que podemos muito bem descansar no domingo, até porque poderá tratar-se de um dia para repor algum evento, ou seja, estamos sempre sujeitos a que um dia chova e haja necessidade de repor o que quer que seja. Assim ficamos com o domingo para

esse efeito. Esta é uma questão que já está perfeitamente assente, mesmo não havendo fogo-de-artifício.

Parece-me que acabamos muito bem com um desfile de filarmónicas, que também é tão tradicional quanto a abertura com o cortejo da rainha, encerrando com um bom concerto de filarmónicas. Penso que o modelo está encontrado.

Este ano, pelos motivos que todos conhecem, o primeiro domingo das Sanjoaninas coincidiu com o 2º domingo de bodo e por isso houve dificuldade em encaixar todas as corridas de touros no período habitual, ou seja, entre o primeiro e o segundo fim-de-semana até sábado. Houve necessidade de estender até domingo, mas por motivos excepcionais.

Penso que vamos conseguir retomar o começo das festas à sexta-feira e acabar no sábado seguinte porque também é preciso conciliar uma questão importante que é a rentabilização do que os tasqueiros e outras pessoas pagam pela participação na festa. Parece-me que esta é uma boa solução.

Quanto à noite das marchas, também concordo que temos que continuar a saber receber bem, sem prejudicar os nossos. As festas são feitas para os angrenses em primeira instância. É claro que temos muito gosto em receber toda a gente mas a nossa população não pode se pode sentir penalizada pelo facto de outros virem participar na festa.

Esse trabalho começou no ano passado com a Letícia e tem que ser referido o esforço enorme que ela fez para mobilizar aquela Marcha dos Coriscos. Conseguiu-o e a prova disso é que eles quiseram repetir este ano. Ainda bem que vieram e o André conseguiu alargar as participações à Graciosa e ao Pico.

É óbvio que gostamos muito que as pessoas participem e isso também traz uma enorme movimentação à economia local. Há este interesse natural subjacente que nós não podemos deixar de parte. É um esforço que iniciámos no ano passado e ao qual queremos dar continuidade.”

O Sr. d.m. João Maria Mendes – “Sr. presidente, Sra. Câmara, Srs. deputados, Exmo. público, muito boa noite a todos.

Esta minha intervenção é muito breve e é para me congratular, de uma forma muito especial, com as comissões que organizam touradas aqui no concelho. Tenho verificado uma melhoria muito grande na sinalização dos limites do percurso das touradas. Foi uma das questões que levantei várias vezes nesta Assembleia.

No fim do Verão, as nossas estradas ficavam todas pintadas e com mau aspecto, porque usavam tintas sintéticas muito difíceis de apagar. Até na zona classificada de Angra isso acontecia várias vezes. Tenho verificado que, felizmente, hoje em dia usam cal ou até uma fita-cola, que permitem a remoção rápida daqueles limites que são importantes, mas devem ser totalmente removíveis.

Como, à semelhança de outros deputados municipais, fiz aqui muitas intervenções nesse sentido, é bom salientar agora que, provavelmente por orientações da Câmara e também pela vontade das próprias comissões, essa situação está a melhorar. Espero que todas as freguesias adotem o mesmo critério a fim de se evitarem esses riscos desnecessários de tinta sintética.”

A Sra. d.m. Rita Olaio Andrade – “Peço desculpa, mas estou desabituada a que me chamem Rita Olaio. Fico sem saber se sou eu, mas pode continuar a chamar. Desde que comecei a trabalhar começaram a tratar-me pelo último nome. Já estou um bocadinho desabituada, mas não tem importância.”

O Sr. presidente da Mesa – “Passarei a tratá-la por Rita Andrade.”

A Sra. d.m. Rita Olaio Andrade – “As minhas questões são apenas um bocadinho técnicas; sugestões em relação ao relatório da actividade municipal.

Por exemplo, na página 32, onde tem as adjudicações da Câmara, se fosse possível, poderia incluir-se o tipo de procedimento que foi adoptado para estas adjudicações.

Por outro lado, na página 57, respeitando às adjudicações dos SM, sugeria que se pudesse incluir o fornecedor e o valor da adjudicação. Neste caso, tem o tipo de procedimento, mas falta o valor da adjudicação e o fornecedor a quem foi adjudicado.

Em relação às despesas, voltaria a solicitar que, se possível, as despesas da Câmara Municipal pudessem ser apresentadas na sua classificação económica em vez de orgânica, porque se torna mais fácil para quem compara as despesas com as receitas, se elas estiverem classificadas da mesma forma.

As receitas apresentam-se sempre na classificação económica, mas quanto às despesas há sempre a opção. Se as despesas fossem apresentadas na classificação económica, tornar-se-ia mais fácil para quem analisa os dados. Era só isto. Obrigada.”

O Sr. d.m. João Santos – “Exma. Câmara, caros deputados, público. 3 Notas apenas: Uma para fazer também alguma referência às Sanjoaninas de 2011, não repetindo, mas partilhando muitas das ideias que foram aqui deixadas.

Não massacrando elogios ao André, que são mais que merecidos, eu gostaria de tocar em 3 pontos apenas: No que me pareceu, se não exemplar, houve um grande rigor ou, pelo menos, a tentativa de um grande rigor financeiro na discussão, na condução dos trabalhos, na preparação e depois das festas em si e também na forma ordeira como as mesmas decorreram.

Posso falhar os números porque não contei e não tenho estatísticas, mas, desde que estou nas Sanjoaninas, penso que nunca vi uma feira de S. João tão composta como este ano. Acho que tivemos quatro corridas com a praça cheia.

É certo que, para muita gente, a feira de S. João foi recheada de incidentes. Penso que é dessa opinião quem não vive o mundo das touradas, dos toiros e dos cavalos. São incidentes que acontecem. Não estranhei. Para quem acompanha touradas há muitos anos, são incidentes que acontecem. Se não dentro, eventualmente, alguns fora da arena, mas nada que seja extraordinário. O que fica, são quatro corridas com muita gente, com uma moldura humana impressionante.

Impressionou-me ainda mais que, durante a terceira corrida, chovendo quase torrencialmente, quase ninguém tenha arredado pé da praça. Alguns arredavam pé para as bifanas e tal, mesmo a chover daquela maneira.

Congratulo-me com a forma como as Sanjoaninas decorreram este ano e tenho a certeza que as do próximo ano decorrerão bem de igual forma, porque, se há algumas coisas muito positivas que caracterizam o André, há outras coisas igualmente positivas que caracterizam a Isabel, (com quem eu também já trabalhei em eventos de grande dimensão), como o rigor, a seriedade, o empenho e o profissionalismo.

Penso que, com um bocadinho de sorte, o sucesso das próximas festas está assegurado. Já tive oportunidade de lhe dizer isto e desejar-lhe as maiores felicidades, mas digo-o aqui publicamente. Desejo à Isabel e a toda a equipa que ela vier a constituir, as maiores felicidades na preparação das festas do próximo ano.

Uma outra nota para dar conta e congratular com agrado, o ponto da situação em relação a uma série de empreitadas que estão em curso por parte da Câmara Municipal, com particular destaque para a construção da Casa do Chá do Jardim Duque da Terceira.

Apesar do agrado com que vejo isto, não resisto em alertar a Sra. presidente para que veja tudo o que é possível fazer no sentido de serem estudadas as melhores formas de fazer e de pensar os contratos de adjudicação destes espaços.

Por vezes, para um espaço nobre e querido da nossa cidade, como é o Jardim Duque da Terceira, uma má clausula num contrato, pode fazer a diferença entre um sucesso estrondoso e a ruína absoluta desse mesmo espaço.

Por último, uma pequena nota para a forma empenhada como a Câmara Municipal apoiou o 7º Torneio de Atletismo Adaptado, levado a efeito pelo ACM na ilha Terceira.

Nesse torneio participaram 8 equipas com dezenas de atletas de quatro ilhas. Movimentou muita gente, serviu de ensaio e, pela forma organizada como decorreu, (passe a imodéstia), permitiu que se obtivesse o último aval da Federação Nacional para que, no próximo ano, o campeonato do mundo para portadores do *Síndrome de Down* se venha a realizar na ilha Terceira.

Estava já tudo acordado e este torneio regional de atletismo foi o ensaio geral. Felizmente, correu muito bem a todos os que participaram e organizaram, mas nada disto teria sido possível sem o apoio de todos os que colaboraram com a ACM. Nesse sentido, deixo também uma nota para o papel da Câmara Municipal na logística e na organização deste torneio.”

O Sr. d.m. Luís Rendeiro – “É muito bom quando há consensos alargados acerca dos temas. Isso significa que as coisas correram bem. De facto, as Sanjoaninas correram bem e foram umas boas festas. Sem me querer alongar muito, queria salientar também algumas questões que, para mim, foram positivas, começando pelo programa musical.

Tratou-se de um programa bastante rico e abundante, com muita diversidade, quantidade e qualidade, infelizmente, por vezes, pecando por excesso. Era tão grande a oferta de espectáculos bons a decorrerem simultaneamente em vários sítios, que as pessoas acabavam por não conseguir ver tudo o que gostariam. Foi um programa musical para todos os gostos.

Quanto ao desporto, houve também uma boa organização e dinamismo das diversas actividades e julgo que a parte gastronómica da feira, que ainda não foi aqui referida, também terá estado próxima do seu melhor de sempre com uma boa dinâmica. Houve uma grande adesão às tasquinhas e grande satisfação por parte de todas as pessoas que lá acorreram. Até parecia que não havia crise. Há muito tempo que eu não via tanta gente nas tascas e a gastar tanto. Vamos ver como corre o mês de Julho. Acho que vai haver muita gente à fome durante 15 dias para compensar o que não conseguiu poupar nas Sanjoaninas.

Julgo que, dentro dos vários ambientes existentes nas festas, o do Pátio da Alfândega estava espectacular, muito acolhedor e acabou por acorrer ali uma multidão diariamente. É de salientar o ambiente que ali se viveu.

Julgo que este ano também foi muito visível a presença dos inúmeros turistas que vieram às nossas festas, muitos deles de outras ilhas e a isso não estão alheias as tais marchas das ilhas vizinhas que vieram participar na festa.

Estima-se que terão estado cerca de 2 mil pessoas presentes nas Sanjoaninas. Se não foram 2 mil, terá sido um número muito aproximado, o que também contribuiu para aumentar a quantidade de pessoas na rua e dar um melhor ambiente às festas.

Se houve anos em que se criticou o cortejo infantil, pode dizer-se que este ano foi francamente bom. Quanto a mim, o melhor cortejo, foi o cortejo infantil.

Infelizmente, o cortejo de abertura teve falta de vida. Houve uma falha sonora grave no som de rua, o que veio, na minha opinião, perturbar, para não dizer estragar, o cortejo de abertura. São avarias que acontecem, mas não vem mal nenhum ao mundo se se puxar as orelhas a quem teve a responsabilidade de zelar pelo funcionamento do sistema sonoro.

Quanto à tauromaquia, julgo que tinha tudo para correr bem, mas infelizmente faltou qualquer coisa; os toiros não ajudaram. Deve ter sido um dos anos em que os mesmos pecaram pela falta de bravura, num ano em que as expectativas eram muito elevadas, sobretudo depois do grande sucesso a todos os níveis, da tauromaquia terceirense no Campo Pequeno.

Havia uma grande expectativa quanto ao que poderia acontecer nas Sanjoaninas. Julgo que, quanto à organização, há uma questão que se deve salientar, da qual todos os anos se fala e deve ser repisado: Todos nós temos vontade e gosto e pagamos para ver bons artistas na nossa praça de toiros.

Deve haver mais cuidado para que não aconteça o que aconteceu este ano: Um dos artistas, dos que são bem pagos, tendo que chegar e ir embora no mesmo dia, se, por azar, lhe calhar o primeiro toiro manso, como aconteceu este ano e o segundo toiro se lesionar, não havia sequer a hipótese de lidar o toiro de reserva, porque, para que isso fosse possível, seria necessária a concordância de quatro elementos: Do artista, do ganadero, do promotor do espectáculo e do director da corrida.

Como o artista tinha que apanhar o avião, disse logo que não toureava mais toiro nenhum e a situação ficou resolvida. Se calhar, de futuro, há que verificar melhor os calendários e os compromissos dos artistas contratados, para evitar que o artista cabeça de cartaz, não venha à Terceira e tenha que regressar no mesmo dia. Seria bom precaver esta situação.

Quanto a análises futuras, julgo que também houve cuidado e rigor na parte financeira das festas, mas vamos esperar pela análise das referidas contas.

Há outras coisas também positivas que quase me passavam ao lado: Gostaria de salientar a inauguração da primeira unidade de tratamento de resíduos hospitalares dos Açores, a AZORMED, que julgo ser um factor positivo e queria colocar uma questão ao Sr. vereador Cota Rodrigues, que tem a ver com o projecto da *Giardia Lamblia*.

Está aqui na actividade municipal. Está a fazer-se um estudo de prevalência deste protozoário e gostaria de saber se houve algum problema de saúde pública, se o protozoário foi detectado numa análise de rotina, se há aqui alguma zoonose ou alguma nota que a gente deva ter em conta. Muito obrigado.”

A Sra. d.m. Anabela Gomes – “Sr. presidente da Mesa, membros da Mesa, Sra. presidente da Câmara, Srs. vereadores, Srs. deputados, Exmo. público.

Não sou pessoa de vir muito às festas mas ouvi dizer que correram muito bem. Todas as pessoas com quem contactei elogiaram-nas muito. Eu só vim no dia do desfile e quando me disseram que iam desfilar 30 marchas, para dizer a verdade, achei um exagero e um bocadinho injusto, porque a gente presta atenção a 4 ou 5 e a mais nenhuma.

Quantidade não é qualidade. Por acaso até fiquei lá um bocado grande e verifiquei que havia coreografias muito más; muita repetição, roupas desengraçadas e muita gente desalinhada. Como já vinham na rua Direita, imagino que deveriam estar cansados.

Não quero ser muito crítica mas acho que deveríamos seleccionar. Dez ou doze marchas seriam suficientes, devendo escolher-se aquelas com mais qualidade. Para não excluir nenhuma, talvez se pudesse fazer isso no fim-de-semana anterior na Praça de Touros... Estou apenas a expressar a minha opinião, não é? Claro que toda a gente pode discordar.

Podia-se seleccionar, fazendo um concurso, porque assim havia um estímulo para que as marchas que realmente quisessem desfilar na Rua da Sé e na Rua Direita, melhorassem as suas coreografias, tomassem mais cuidado com os seus trajes e melhorassem também o tempo dos ensaios.

Nem sequer falo da música, porque não consegui ouvir nada do que eles cantavam. Acho que devia haver uma selecção e para não excluir, teríamos que fazer qualquer coisa para que se apresentassem os melhores e pudessem desfilar na Rua da Sé. É a minha opinião.”

O Sr. vereador Cota Rodrigues – “Queria esclarecer o seguinte: Isto é um projecto de investigação que está a ser levado a cabo pela Eng.^a Maria do Anjo e não põe em perigo a saúde pública. É só um projecto.”

O Sr. d.m. Luís Rendeiro – “Mas foi uma análise de rotina, um projecto a que a Câmara se candidatou...?”

O Sr. vereador Cota Rodrigues – “Não, foi uma análise de rotina.”

O Sr. d.m. Luís Rendeiro – “E apareceu um caso positivo?”

O Sr. vereador Cota Rodrigues – “Apareceu um caso positivo e estamos a tentar estudar isso. Eu ainda gostava de dizer o seguinte: Desde que entrei para esta casa, trabalho e tenho trabalhado sempre num determinado patamar, a um determinado nível e recuso-me terminantemente a descer desse nível. Recuso-me! Por isso é que entendi não responder a alguns comentários que aqui foram feitos! Não respondo. Eu não desço de nível! Era só isso que eu queria dizer.”

1.2 - Segunda revisão ao Orçamento e Grandes Opções do Plano de 2011, para aprovação, de acordo com a alínea b) n.º 2 do artigo 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro nos termos do ponto 8.3 do POCAL, publicado através do DL n.º 54-A/99 de 22 de Fevereiro, conjugado com a alínea d) do n.º 2 do art.º 64.º da Lei n.º 5-A/2002 de 11 de Janeiro, com um aumento do valor global do orçamento no montante de € 50 010,00. As despesas correntes diminuem, em termos líquidos € 38 250,00 e as de capital aumentam € 88 260,00. As Grandes Opções do Plano apresentam um aumento de € 45 390,00.

A Sra. presidente da Câmara – “Srs. deputados municipais, é uma apresentação muito breve, porque a revisão também é muito curta. É só para esclarecer que ela se deve, essencialmente, à necessidade de inscrever receita proveniente do contrato AARAL com a Secretaria Regional do Ambiente e do Mar com vista a financiar os estudos que estão a ser conduzidos pela TERAMB. Como o relacionamento é com a Câmara, depois também está prevista a respectiva saída dessa verba para a TERAMB. É essencialmente essa, a motivação.

Depois há alguns reajustamentos ao nível da despesa, designadamente, a redução na componente de apoio a instituições desportivas, porque os apoios já foram concedidos e, portanto, havia verba remanescente que transitou, no âmbito do regulamento de apoios às diversas instituições do concelho. É essencialmente essa a motivação da revisão.”

O Sr. d.m. Nuno Melo Alves – “Uma questão: Houve este reforço das transferências e houve alterações no âmbito das redistribuições. Ao fim e ao cabo, estão reflectidas neste documento que acompanho.

Não vamos votar favoravelmente esta alteração porque estão aqui reforços de despesas que vêm contribuir para aumentar os custos de construção relacionados com a nova escola da Ribeirinha e a nossa posição em relação a esse assunto há muito tempo que é conhecida. Nessa matéria, temos o nosso direito de reserva e manteremos a nossa posição coerente.”

Posta à votação, **a Segunda Revisão ao Orçamento e Grandes Opções do Plano de 2011, constante do Ponto 1.2 foi aprovada por maioria**, com 19 votos a favor, (18 do Partido Socialista e 1 do deputado municipal independente), 10 abstenções do Partido Social Democrata e 3 votos contra do CDS-PP.

A Sra. presidente da Câmara – “Gostava só de chamar aqui a atenção para um alerta feito pelo Sr. vereador Alonso, que tem a ver com o facto de os valores que estão aqui na proposta de deliberação, não coincidirem com os valores que constam da proposta e têm que ser corrigidos em conformidade com os documentos anexos. Tratava-se de uma primeira versão que depois foi corrigida.

Os documentos anexos têm valores distintos dos referenciados aqui na proposta de deliberação, que têm que ser corrigidos nessa mesma proposta. Depois posso ver isso com a D. Fernanda, está bem?

Resumindo: O documento que está a ser votado está correcto mas os valores indicados na proposta de deliberação, não.”

1.3 - Consolidação de conta do Grupo Público Municipal de Angra do Heroísmo, composto pelo Município de Angra do Heroísmo, que compreende a Câmara Municipal e os Serviços Municipalizados, e pela Culturangra EEM, para apreciação e votação do órgão deliberativo, nos termos da alínea c), n.º 2, artigo 53.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro.

A Sra. presidente da Câmara – “Como sabem, esta é a primeira vez que o município de Angra apresenta contas consolidadas. Aliás, na última Assembleia, pedimos autorização para adiar esta prestação de contas consolidadas para Junho. Nessa medida, é um instrumento financeiro novo. No próximo ano, com certeza que faremos outra abordagem aos números com uma avaliação já mais consolidada e mais criteriosa. De qualquer forma, em termos globais, apresentamos um resultado de 3,8 milhões de euros, que penso que é bastante positivo.”

O Sr. d.m. Nuno Melo Alves – “Vamos abster-nos nesta apreciação. Por um lado, consideramos positivo que a consolidação das contas esteja apresentada mas, por outro, recordamos que tivemos uma votação contrária e negativa na apreciação destes documentos em separado, em sede própria, numa outra sessão da Assembleia Municipal.

A inflexão nesta posição não se deve a novo mérito adquirido por esses documentos que foram por nós já previamente reprovados, nem pelo facto da sua consolidação trazer à luz novos elementos que merecessem esse mérito. É pelo facto de, a consolidação em si, já estar a ser avançada e apresentada. Que seja entendido este esclarecimento.

Acho que o facto de a Câmara se ter comprometido com isto e estar a conseguir fazê-lo antes dos prazos obrigatórios pela lei, como tinha indicado há cerca de 6 meses que o faria, merece esta consideração da nossa parte.”

O Sr. d.m. António Maio – “Sr. presidente da Assembleia e restante Mesa, Sra. presidente da Câmara e Srs. vereadores, caros colegas deputados municipais, Exmo. público aqui presente.

Não há muito mais a dizer. É mais um passo importante no sentido da transparência e legalidade de todo o processo das contas do município. Como foi dito, é o primeiro ano que é feito.

Não há histórico que permita a análise evolutiva e comparativa. Em todo o caso, podemos evidenciar alguns indicadores numa análise estática relativamente ao documento que aí temos. Temos a evidenciar um activo líquido de 146 milhões de euros, fundos próprios de 67 milhões de euros e um rácio de autonomia financeira de 45% que é, francamente, um rácio importante.

Do passivo total de cerca de 79 milhões de euros, 23 milhões referem-se a empréstimos obtidos. Aqui, apenas evidenciaria a situação dos juros suportados ao longo do ano, que totalizaram 284 mil euros.

Numa conta muito simples, temos aqui uma taxa média ponderada de 1.3 ao longo do ano. Isto é praticamente a EURIBOR confirmando o que já sabíamos, que os empréstimos que têm vindo a ser negociados pela Câmara, (alguns já vêm de trás, de outras câmaras), têm taxas bastante competitivas.

No cenário actual, em que a liquidez é muito disputada e os *spreads* têm aumentado de forma brutal, como bem sabemos, manter uma taxa média ponderada em termos de serviço da dívida de 1.3, é francamente louvável. É um aspecto a salientar aqui.

Também a dívida a fornecedores: Cerca de 1,4 milhões em termos tácticos, consolidados, mas o prazo médio de pagamento a fornecedores é de 45 dias. Francamente, também me parece um prazo excelente.

Finalmente, o resultado que a Sra. presidente já evidenciou: 3,8 milhões que transitam para resultados transitados. Nesse sentido, é apenas o que eu tinha para dizer.

Apenas mais 2 questões finais: Uma, para evidenciar uma vez mais a Câmara por mais este passo na sequência do que já tinha sido feito em relação a auditorias externas. É o caminho certo para a transparência e legalidade das contas do município. Apenas me surge uma dúvida, que coloco à Sra. presidente da Câmara, por que ela está expressa no anexo às contas. Para quem é desta área, a linguagem parece relativamente simples e o anexo às contas é bastante elucidativo e esclarece a maior parte das questões.

A dúvida que eu colocava, Sra. presidente, tem a ver precisamente com o Ponto 8.2 quando se refere que «... a dívida de cobrança duvidosa, 296 mil euros, não estava executada judicialmente». Numa referência que é feita no anexo, esse valor está praticamente provisionado, refere-se praticamente a rendas de habitação social e nós bem sabemos as dificuldades que provavelmente as pessoas terão em cumprir com esses montantes.

Como, cada caso é um caso e certamente vai ser difícil responder no genérico, perguntava à Câmara se a tendência é mais no sentido de abater esta verba ao activo utilizando provisões ou se, eventualmente, se procederá à execução judicial dos respectivos processos. Gostaria que me pudesse dizer se a tendência vai num ou noutro sentido, embora se saiba

perfeitamente que há casos em que nem compensa fazer a execução, porque as pessoas não têm forma de pagar o que quer que seja. É só despesa e tempo perdido e não vale a pena.”

A Sra. presidente da Câmara – “Penso que enfoca as questões essenciais numa prestação de contas desta natureza. Como já vem sendo hábito nas prestações de contas, o Dr. Maio faz sempre uma análise bem sintetizada, apresentando importantes argumentos na apreciação deste tipo de documentos. Essa questão também já nos foi colocada pelos auditores externos e devidamente avaliada na última revisão das contas da Câmara Municipal.

As acções sociais, para além de onerosas, neste caso, não figuram resultados potencialmente positivos; portanto, acabaremos por optar pela outra solução.

Posta à votação, **a Consolidação de conta do Grupo Público Municipal de Angra do Heroísmo constante do Ponto 1.3 foi aprovada por maioria**, com 21 votos a favor, (20 do Partido Socialista e 1 do deputado municipal independente) e 13 abstenções, (10 do Partido Social Democrata e 3 do CDS-PP).

1.4 – Proposta de adjudicação do serviço de certificação de contas à J. Bastos, C. Sousa Góis, nos termos da informação da Subunidade de Contratação Pública e Gestão Patrimonial, de 16 de Junho de 2011, tendo em vista a nomeação por parte da Assembleia Municipal, do auditor externo, em conformidade com o artigo 48.º da Lei das Finanças Locais.

O Sr. d.m. Nuno Melo Alves – “Temos aqui, perante nós, uma proposta de adjudicação e, simultaneamente, a nomeação do fiscal único para a empresa CULTURANGRA, que não é objecto desta votação. Acompanha aqui apenas para efeitos informativos mas é importante esclarecer isto, para não haver confusão porque, numa, o valor é de 3.500 euros por ano e na outra é de 39 mil euros por um bloco de 3 anos. São valores perfeitamente distintos mas que podiam ser confundidos, podendo pensar-se que se tratava da mesma coisa. A firma é a mesma e tem alguma lógica que assim seja e o valor dos 3.500 por ano será para somar a esta adjudicação a ser efectuada aqui.

Como a Sra. presidente da Câmara não prestou esta informação, prestei-a eu. Tomei essa liberdade, porque é importante que haja este esclarecimento sobre o que está aqui.

Quanto ao assunto em si, não nos opomos. Não é um assunto que mereça uma posição favorável ou desfavorável da nossa parte. O caderno de encargos parece-nos adequado ao que se pede mas vamos esperar para ver porque, até agora, a experiência foi só com este fiscal, com esta firma de ROC's. A experiência é nova, vamos dar uma oportunidade e não votaremos contra. Vamos abster-nos nesta situação.”

O Sr. d.m. Luís Rendeiro – “O grupo municipal do PSD tem uma crítica a fazer a este procedimento e tem a ver com facto de só ter sido auscultada uma única empresa, apesar de reconhecer a necessidade de haver estabilidade e coerência nos métodos de análise e certificação de contas ao longo do tempo.

Não está aqui em jogo o facto do valor ou o trabalho serem excelentes ou não, mas sim, a metodologia de trabalho e nós entendemos que seria de todo o interesse que a Câmara Municipal tivesse feito outras auscultações, outras alternativas, porque poderiam daí advir propostas ainda melhores para o concelho.

Vamos votar contra esta adjudicação, porque entendemos que deviam ter sido feitas outras auscultações, nomeadamente a outras empresas locais, se as houver, que eventualmente teriam hipóteses de fazer este trabalho. Não as havendo em termos locais, pelo menos poder-

se-ia alargar o leque de auscultações a outras empresas em busca de comparações de preços, trabalho e metodologias.”

A Sra. presidente da Câmara – “Quero apenas prestar um esclarecimento, porque estamos aqui a falar de empresas que nos prestam um serviço.

Quanto a mim, que faço uma apreciação final (mas há quem acompanhe de perto, o trabalho desta empresa), estas empresas prestam um serviço de excelente qualidade numa habitual revisão de contas, porque, habitualmente os revisores de contas fazem a apreciação dos dados que lhes são facultados.

Eles estão presentes com dois técnicos e depois vem o próprio revisor acompanhar o processo de fecho de contas da autarquia e dos SM, o que nem é habitual em processos de encerramento de contas. Esta empresa prestou serviços à Câmara durante 3 anos precedidos de uma consulta a outras empresas em 2008. A proposta de preços desta empresa foi de metade do valor da outra empresa consultada, o que é substancial.

A actual adjudicação tem em conta esse facto de o preço apresentado na proposta inicial ter sido metade do valor apresentado pela segunda empresa consultada. Para além disso, o histórico do trabalho desenvolvido por esta empresa conduziu-nos a que a mesma também fizesse a revisão de contas da CULTURANGRA.

Estamos na presença de alguém que presta um serviço de qualidade e seguimos o procedimento legal para valores desta natureza. Penso que foram tomadas todas as cautelas necessárias neste tipo de processo.”

Não se registando mais intervenções, **a Proposta constante do Ponto 1.4 foi aprovada por maioria** com 22 votos a favor, (21 do Partido Socialista e 1 do deputado municipal independente), 7 abstenções, (4 do Partido Social Democrata e 3 do CDS-PP) e 7 votos contra do Partido Social Democrata.

1.5 – Projecto de Regulamento de Atribuição de Apoios a Colectividades Desportivas e Atletas Individuais, para aprovação do órgão deliberativo, nos termos da alínea a), n.º 2, artigo 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro.

O Sr. d.m. Nuno Melo Alves – “Em primeiro lugar, entendemos por bem, a existência de um regulamento que vise criar regras e condições mais objectivas de acesso a este tipo de apoios que a Câmara pode dar. No entanto, temos algumas dúvidas em relação ao global desta proposta.

Por um lado, não sabemos de que valores é que estamos aqui a falar. Na proposta, está previsto que será deliberado em reunião de Câmara um valor global, mas não somos confrontados com nenhum tipo de estimativa em relação ao que será. Não sabemos se será idêntico ao de anos anteriores, se será superior ou inferior, enfim, qual será a expectativa da Câmara em relação ao que possa vir a acontecer aqui.

Em segundo lugar, achamos que deve haver aqui um valor. As deliberações para o contrato-programa envolvem a presidente da autarquia em representação e achamos que, em alguns destes, deveria ser estabelecido um valor acima do qual deveria constar uma deliberação efectiva da Câmara e não apenas, a aprovação do regulamento.

Por outro lado, há aqui umas questões que não são totalmente claras, nomeadamente, a questão da profissionalização ou não, aqui no art. 18.º em que se considera «... *competição desportiva não profissional, a modalidade desportiva onde, pelo menos, por cada*

grupo/equipa, metade dos atletas inscritos não auferem remuneração pecuniária acima do ordenado mínimo nacional».

Vamos usar um exemplo fictício: Suponhamos que o Barbarense está numa competição qualquer. A minha dúvida é se, para ser considerada uma competição desportiva, tem que haver metade dos atletas do Barbarense ou metade dos atletas do Barbarense mais os atletas do Cincoribeirense ou do Dozeribeirense ou de todos os outros clubes que competem na mesma competição.

Qual é o critério para ser não profissional? É efectivo apenas ao clube? Não está claro aqui do articulado que é efectivamente ao clube. É importante que isto fique esclarecido no articulado porque há aqui uma interpretação dúbia. Aqui, a profissionalização refere-se no âmbito da competição e não no âmbito do clube. É preciso pormenorizar, ir a um grau de detalhe muito mais rigoroso porque o clube pode ter um escalão sénior profissional, como, por exemplo, a equipa de basquete do Lusitânia, que concorre num escalão profissional e ter escalões noutras modalidades que não são profissionais.

Penso que esta definição tem que ser mais estruturada, mais simples, no sentido de separar clubes, modalidades dentro de clubes e clubes dentro de competições para que tudo isto fique claro e não haja interpretações dúbias.

Não há dúvida em relação ao ordenado mínimo nacional, etc., mas sim, em relação à modalidade/clube e à relação entre clubes dentro da mesma modalidade, da mesma competição. Há aqui três camadas de definição de profissionalização que não estão explícitas nem claras neste articulado. Se calhar, existe outra legislação complementar mas não a conheço.

Estamos a avaliar o regulamento que a Câmara nos apresenta e é em relação a este que temos que nos pronunciar. De facto, esta separação não existe. Também não existe na secção seguinte (pelo menos, não me apercebi), em relação ao desporto individual. Não me apercebi, na Secção III, em relação aos atletas individuais, às modalidades desportivas de prática individual, de qualquer separação entre a profissional ou não profissional; se um atleta de golfe que tenha um rendimento acima de X, fica excluído ou não.

Não sei se isso foi excluído de propósito do normativo, porque se pretender incluir essas áreas profissionais. Não sei se é omissão ou deliberado e queria pedir à Sra. presidente da Câmara alguns esclarecimentos em relação a isto, para que possamos votar em melhor consciência.”

O Sr. d.m. Luís Rendeiro – “Vou ser muito breve. O grupo municipal do PSD vai abster-se em relação a este regulamento, que tem pontos positivos e é uma evolução em relação ao modelo anterior de atribuição de subsídios e apoios, mas entendemos que tem ainda alguns defeitos.

Continua a ser um regulamento pesado e burocrático, não há cruzamento com os dados da Direcção Regional do Desporto e, sobretudo, é um modelo que deveria ter sido testado antes de ser submetido à votação aqui na Assembleia Municipal para se saber, com base nos apoios concedidos aos clubes nos anos anteriores, como fica a situação com a aplicação deste regulamento actual, se havia ganhos em termos de apoios para os clubes, se há redução do valor dos apoios, etc.

Em termos de apoios, entendemos que este modelo deveria ter sido testado. No entanto, entendemos que é uma evolução em relação ao passado e não nos vamos opor à sua viabilização.”

O Sr. d.m. Francisco Barros – “Sr. presidente, Srs. membros da Assembleia, Sra. presidente, Sras. e Srs. vereadores. Eu não contava intervir neste ponto mas existem dois aspectos que eu gostava de ressaltar.

Independentemente de alguma questão factual ou pontual poder ainda ser objecto posterior de melhoramento, adaptação, ou percebendo até que, com a sua aplicação prática, eventualmente se proceda a uma revisão deste documento daqui a 2 anos, convém deixar aqui claro um aspecto: Esta proposta foi objecto de uma ampla discussão, debate, consulta e reuniões com os diferentes agentes desportivos da ilha, ou seja, este regulamento não foi feito à revelia dos seus principais interessados e destinatários.

Os clubes, as associações e os atletas das diferentes modalidades tiveram oportunidade de participar e dar opiniões e muitas das suas sugestões estão vertidas na presente proposta de regulamento.

Este era o primeiro ponto que eu gostava de deixar. O segundo é o seguinte: Ou houve um problema com os serviços da Assembleia, que me distribuíram uma cópia desta proposta diferente da do Sr. deputado Nuno Melo Alves, ou é a sua magna questão de não perceber a distinção entre o atleta não profissional, um clube, uma equipa, ou não-sei-quê, ou porque não era claro no art. 18.º.

A versão que eu tenho tem, pelo menos, quatro linhas. Não sei se é igual. Vou ler. Vou ver se li mal ou se houve alguma outra distribuição.

A questão que foi colocada, é que não se percebia se era uma distinção entre o clube ou todos os clubes de determinada modalidade. Então, «... *considera-se competição desportiva não profissional, a modalidade desportiva onde, pelo menos, por cada grupo/equipa, metade dos atletas inscritos não aufera remuneração pecuniária acima do ordenado mínimo nacional, cumulativamente, sem que nenhum atleta aufera mais que quatro vezes o ordenado mínimo nacional*». Qual é a dúvida?

O Sr. d.m. Nuno Melo Alves – “Não percebeu. «*Cada equipa...*» refere-se a cada equipa que pede apoio ou que participa na competição? É essa a minha dúvida. Consegue esclarecê-la? Se consegue...”

O Sr. d.m. Francisco Barros – “Oh Sr. deputado! A leitura que faço é uma leitura de quem sabe ler português. Se o senhor não sabe, lamento. Muito obrigado.”

O Sr. d.m. Nuno Melo Alves – “Então diga lá qual é a confusão. Se a Sra. presidente puder esclarecer, eu agradeço...”

A Sra. presidente da Câmara – “Penso que algumas das dúvidas aqui colocadas foram devidamente esclarecidas a todos os clubes e associações desportivas e não houve só uma discussão. Foi feita uma apresentação do regulamento e discutiram-se as dúvidas. Também me parece claro que, quem se candidata, são os clubes, os grupos ou equipas e também atletas individuais.

Candidatando-se grupos ou equipas, para serem consideradas não profissionais, têm que cumprir os requisitos aqui definidos. Tão simples quanto isso. Não pode ser de forma diferente.

Depois, o presidente de Câmara não delibera qualquer apoio, independentemente do seu valor. Assina os contratos-programa, isso assina. Decorre da lei, aí sim, independentemente do valor, mas depois da deliberação do executivo camarário. Já hoje é assim, ou seja, qualquer apoio a qualquer grupo desportivo ou entidade carece de deliberação camarária,

porque a lei assim o exige. Não é porque o regulamento o diz. A lei determina que seja assim.

A assinatura do contrato-programa, essa sim, como qualquer outro contrato, é feita pelo presidente de Câmara ou por quem o substituí, na eventualidade de qualquer impedimento ou falta.”

O Sr. presidente da Mesa – “Muito obrigado, Sra. presidente. Sr. deputado, está esclarecido ou persiste?”

A Sra. presidente da Câmara – “... esclarecer a questão dos atletas.”

O Sr. d.m. Nuno Melo Alves – “Sim, já agora, poderá esclarecer a seguir. Continuo com a mesma dúvida. O regulamento não se refere-se a cada grupo ou equipa que se candidate...”

A Sra. presidente da Câmara – “Não é, cada grupo ou equipa que se candidata. Quem se candidata é o clube.”

O Sr. d.m. Nuno Melo Alves – “Mas o clube em si, tem várias modalidades. Nalgumas é profissional, noutras não é...”

A Sra. presidente da Câmara – “... E várias equipas...”

O Sr. d.m. Nuno Melo Alves – “...E dentro de cada modalidade pode haver equipas consideradas profissionais ou não, conforme a sua qualidade.”

A Sra. presidente da Câmara – “Sim, claro.”

O Sr. d.m. Nuno Melo Alves – “Tem que ser analisado de uma forma tripartida. Não é o que está aqui.”

A Sra. presidente da Câmara – “Como, tripartida?”

O Sr. d.m. Nuno Melo Alves – “Tem que se comparar modalidade dentro do clube e tem que se comparar modalidade dentro do clube com a dos outros clubes, pelo que está aqui escrito.”

A Sra. presidente da Câmara – “Pois, é isso.”

O Sr. d.m. Nuno Melo Alves – “Penso que esta definição devia estar mais explícita para retirar estas dúvidas. Só pelo facto de isto ter tido um ano para que os interessados tenham dado a sua opinião, não são os interessados que estão aqui hoje para votar isso. Quem está, somos nós. Tivemos uma semana, por sinal, a das Sanjoaninas e a Câmara, que votou isto, nem uma semana teve. Teve menos tempo do que isso para estudar este regulamento.

Se os outros tiveram direito a um ano, nós não estamos a pedir mais; estamos a pedir esclarecimentos. Além disso, não faço parte de nenhum clube e mesmo que fizesse, não sou dirigente de nenhum. Não estive envolvido em nenhuma destas negociações, explicações, critérios ou qualquer coisa que o valha.

Como votante numa matéria em que estamos a deliberar com dinheiros públicos, interessa-me esclarecer aqui esta dúvida e a outra em relação aos atletas individuais, se há essa separação entre o profissional e o não profissional. Quer dizer, não está aqui se foi deliberado, se foi por lapso ou se é mesmo intenção da Câmara. Julgo que não há aqui nenhum bicho-de-sete-cabeças. É apenas uma pergunta que tem a ver com o conceito que está aqui e que, para mim, não é fácil de decifrar, tendo em conta que um clube pode concorrer em várias modalidades e em vários escalões com outros clubes na mesma competição com diferenças de tratamento a nível de ordenados, sendo profissionais ou não.

A avaliação da competição desportiva... o que está aqui não é a avaliação do clube, se é considerado profissional ou não. Não está aqui a avaliação da modalidade, se é considerada profissional ou não, no clube A ou B. O que diz aqui é: «... *considera-se competição desportiva não profissional a modalidade desportiva onde, pelo menos, por cada grupo ou equipa...*» e é aqui, «... *por cada grupo ou equipa...*», que está a minha dúvida. Acho que isso esclarece. Se, de acordo com o que disse o Francisco Barros, a leitura está correcta, cada grupo ou equipa que se candidate a estes apoios, acrescentando essa expressão, fica toda e qualquer dúvida dissipada para a modalidade específica. Julgo que, com essa simples frase, isso se esclarece.”

A Sra. presidente da Câmara – “Sr. deputado Nuno Melo Alves. Percebo que tenha dúvidas e estou perfeitamente disponível para esclarecê-las, mas as dúvidas que o senhor tem são exclusivamente suas, porque todas as pessoas que intervêm neste processo estão devidamente esclarecidas.

Na medida em que, aqueles que têm que se candidatar e os que têm que atribuir os apoios estão perfeitamente conscientes do que aqui está dito, parece-me que o assunto está devidamente salvaguardado.

Esclarecendo em relação aos atletas individuais, não foi colocada uma única dúvida porque os procedimentos são idênticos na DRD. Para a Direcção Regional do Desporto é exactamente esta a formulação. Não há aqui divergência. É igual. Não surgiram dúvidas de ninguém, nesta matéria.

Quanto aos atletas individuais e ao desporto por equipas, profissional ou não profissional, legalmente não é possível que sejam apoiadas equipas profissionais mas é possível o apoio aos atletas individuais profissionais. Não há distinção.”

Não se registando mais intervenções e posto à votação, **o Projecto de Regulamento de Atribuição de Apoios a Colectividades Desportivas e Atletas Individuais foi aprovado por maioria** com 24 votos a favor, (23 do Partido Socialista e 1 do deputado municipal independente) e 14 abstenções, (11 do Partido Social Democrata e 3 do CDS-PP).

1.6 – Alteração do Regulamento Municipal de Concessão de Apoio a Estratos Sociais Desfavorecidos no Concelho de Angra do Heroísmo, para aprovação do órgão deliberativo, nos termos da alínea a), n.º 2, artigo 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro.

O Sr. d.m. Luís Rendeiro – “Tenho algumas considerações a fazer quanto a esta alteração de regulamento. Em primeiro lugar queria dizer que, em nenhuma fase deste processo, existe intervenção directa das juntas de freguesia. Há comunicação das decisões às juntas, mas não há emissão de nenhum Parecer ou qualquer intervenção directa das mesmas, neste procedimento.

Sendo as juntas de freguesia, o órgão de poder autárquico mais próximo e melhor conhecedor das realidades individuais de cada candidato a beneficiar dos apoios, entendemos que estas deveriam ser parte indispensável do processo de selecção e triagem dos candidatos aos apoios a conceder porque podem ser detectadas possíveis fraudes através da proximidade da junta e dos seus elementos. Vou dar um exemplo tirado à solta: Pessoas que, não tendo declaração de rendimentos ou nenhuma forma de rendimentos oficiais, tenham sinais exteriores de riqueza que denotem que esses rendimentos provêm de outro sítio.

Julgo que a redacção anterior do Ponto nº 6 deste regulamento vinha no sentido correcto e a melhor redacção que encontrámos, por comparação, seria a que está prevista no regulamento idêntico da cidade da Horta.

O nº 6, nesta nova versão, é subjectivo e não define os critérios objectivos como, por exemplo, a existência de menores em risco, idosos deficientes ou doentes no agregado familiar, outras pessoas com especiais problemas de mobilidade ou doenças crónicas debilitantes, desemprego de longa duração, etc. Julgo que a redacção deste ponto poderia ser melhorada para que os objectivos ficassem mais definidos.

Nas condições de atribuição dos apoios, falta também determinar que o candidato ou o agregado familiar não devam possuir qualquer outro bem imóvel destinado a habitação para além daquele que é objecto do pedido de apoio na área do município, desde que esse pedido seja efectuado na qualidade de arrendatário.

Neste regulamento, falta também referir que o candidato não possa ser titular de qualquer contrato de arrendamento habitacional para além daquele que incide sobre o local objecto do pedido de apoio na área do município.

Quanto ao nº 9 alínea e), nos casos de arrendamento, a realização de obras deve ser sempre da responsabilidade do senhorio porque se pressupõe que exista um contrato de arrendamento e todas as outras situações de arrendamento sem contrato são ilegais.

No nosso entender, as obras deveriam ser sempre da responsabilidade do senhorio para evitar, por exemplo, que os apoios da Câmara Municipal a um agregado familiar desfavorecido acabem por beneficiar um senhorio que tem um prédio, recebe uma renda e não faz obras. Gostaria de deixar esta questão em aberto.

No final temos uma fórmula de cálculo do rendimento médio mensal do agregado familiar mas não temos uma fórmula de cálculo da percentagem do valor da obra a apoiar. Isso não é definido. Há, portanto, a possibilidade do surgimento de desigualdades nos apoios a agregados com rendimentos mais próximos ou mais distantes do limite máximo do rendimento permitido.

Apesar de estarem no nº 10 do texto do regulamento, na fórmula apresentada de cálculo do rendimento do agregado familiar, também não são tidos em conta os encargos judiciais como, por exemplo, os relacionados com eventuais pensões de alimentos em caso de divórcio.

Apesar destes apartes que podem ser corrigidos a qualquer momento, entendemos que este regulamento é positivo e vamos viabilizá-lo com a nossa abstenção.”

A Sra. presidente da Câmara – “Prestaria alguns esclarecimentos, sobretudo sobre a motivação que conduziu a esta revisão do regulamento que surgiu de uma proposta formulada pelos técnicos da área da acção social e revista pelo gabinete jurídico da autarquia.

Essa motivação tem a ver com um impedimento quase formal que fazia depender de uma declaração da não obtenção de apoios por parte da Direcção Regional da Habitação. Só depois da obtenção dessa resposta é que poderia haver uma candidatura aos apoios da autarquia.

O apoio seria condicionado em função dessa resposta e parece-nos que devemos ter aqui alguma latitude desde que o orçamento não exceda 5 mil euros ou as obras em causa não tenham sido abrangidas por programas de apoio do governo, dizendo exactamente o inverso.

Até 5 mil euros não é necessário que comprovem absolutamente nada e a candidatura é aceite. Caso excedam esse valor, desde que não tenham obtido apoio do Governo Regional, a CM pode aceitar a candidatura. Tudo isto para se evitar a duplicação de apoios. Este foi um dos objectivos principais desta revisão.

Uma questão que permanentemente se colocava era, se as pessoas que ocupavam as habitações sociais da Câmara se poderiam candidatar ou não. Foi referido expressamente que não. Estão fora dos apoios aqui previstos.

Uma outra questão era especificar melhor que tipo de apoios podem ser objecto de candidatura.

Ainda outra questão que era recorrente: Algumas obras apresentadas carecem de licenciamento e algumas delas, carecem até, de projecto de arquitectura, os beneficiários têm dificuldade em executá-las e contratar este tipo de serviços, pelo que, fica também aqui contemplada a possibilidade de atribuição de apoio para esse efeito.

Quanto a uma dúvida colocada pelo Sr. Rendeiro, talvez ele talvez não tenha lido bem a alínea e) do nº 9. O que lá diz é exactamente aquilo que pretendia, ou seja, nos casos de arrendamento, sempre que a realização das obras em causa não seja da responsabilidade do senhorio. Quando assim for, não há lugar a apoio. É o que queremos que fique aqui expresso.”

O Sr. d.m. Luís Rendeiro – “As obras não deveriam ser da responsabilidade do senhorio?”

A Sra. presidente da Câmara – “Há contratos em que não é assim. As obras de reparação são da responsabilidade de quem ocupa a habitação. O contrato é que o determina.

Há uma outra questão que também me parece importante, que é o facto de, as obras objecto de apoios previstos no presente regulamento ficarem isentas de quaisquer taxas municipais.

Quanto a um aspecto que você referiu sobre a participação das juntas de freguesia, nem foi necessário colocar isto no regulamento porque, pela nossa experiência, devo dizer que são os próprios presidentes de junta que colaboram na instrução de 95% dos processos de candidatura. Quando há dúvidas, os técnicos da autarquia contactam os Srs. presidentes de junta para tirarem quaisquer dúvidas que possam surgir das visitas domiciliárias efectuadas.”

Posta à votação, **a alteração ao regulamento municipal constante do Ponto 1.6 foi aprovada por maioria**, com 27 votos a favor, (21 do Partido Socialista, 1 do deputado municipal independente e 5 do Partido Social Democrata), 7 abstenções do Partido Social Democrata e 3 votos contra do CDS-PP.

1.7 – Aquisição do prédio municipal onde se encontra instalado o Mercado Duque de Bragança, mediante a realização de escritura pública de justificação notarial, para autorização do órgão deliberativo, nos termos da alínea i), n.º 2, artigo 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro.

Não se registaram quaisquer intervenções. Posta à votação, **foi aprovada por unanimidade.**

1.8 – Proposta de suspensão parcial do Plano Director Municipal de Angra do Heroísmo e de Estabelecimento de Medidas Preventivas, para o terreno da futura construção do Pavilhão Desportivo da Freguesia das Doze Ribeiras, para aprovação do órgão deliberativo, nos termos do artigo 100.º do Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro.

O Sr. d.m. Jorge Belerique – “Como é óbvio, nada temos a opor à instalação de um destes pavilhões na freguesia das Doze Ribeiras e reconhecemos, como aqui está, a importância deste tipo de infra-estruturas para a prática desportiva. O que achamos, ao contrário do que aqui está, é que não há claramente uma definição de estratégia, ou seja, aparecem como medidas pontuais que vão contra o PDM. Como não estão previstas no PDM, tem que se alterar o PDM. É a eterna questão de falta de visão e de planeamento estratégico.

Acresce ainda uma situação em relação a estes pavilhões: Sei que não está no âmbito do que está aqui à votação, mas gostaríamos que a Câmara nos pudesse dar mais algumas informações sobre os critérios de atribuição, ou seja, para onde vão estes pavilhões. Isto é para todas as freguesias? Hoje ouvi que este vai para as Doze Ribeiras, há pouco a Sra. presidente assumiu que haveria um em Santa Bárbara e vi que também anunciou publicamente um para a Terra Chã. Não sei exactamente em que ponto é que isso está, mas já anunciou um para a Terra Chã.

Se houvesse uma clarificação sobre isto, eventualmente ajudava-nos a perceber se se trata de medidas pontuais ou como é que isto aparece. De qualquer forma, vamos abster-nos.”

O Sr. d.m. Paulo Agostinho Cota – “Boa noite Sr. presidente, Sra. presidente da Câmara, Exmos. deputados municipais, colegas das juntas de freguesia.

Quero congratular-me com esta proposta por se tratar de uma ansiedade antiga da freguesia das Doze Ribeiras. Foi encontrado um terreno proporcional à construção deste pavilhão multi-usos que terá outras finalidades na freguesia, além do desporto.

É considerada uma obra de grande importância, não só para a freguesia das Doze Ribeiras como também para as freguesias vizinhas que, por ventura, o queiram utilizar. Ficará sempre à disposição. Congratulo-me, porque estes terrenos pertencem à reserva agrícola. Quando foi criado o PDM era impensável construir um pavilhão deste tipo numa reserva agrícola.

Junto às casas de moradia há sempre algum inconveniente devido a alguns barulhos quando há jogos. As freguesias que os têm junto às moradias sabem como isso funciona. Este ficará um bocadinho mais distante das casas de moradia, bem enquadrado, anexo ao campo de futebol da freguesia.

A lavoura das Doze Ribeiras não ficará mais pobre com a falta de 2 904 m² de terreno para construção de uma infra-estrutura desta natureza. Da minha parte, os meus agradecimentos pela vossa colaboração na aprovação ou abstenção. Muito obrigado.”

Não havendo mais intervenções e posta à votação, **a recomendação constante do Ponto 1.8 foi aprovada por maioria**, com 24 votos a favor, (20 do Partido Socialista, 1 do deputado municipal independente e 3 do CDS-PP) e 12 abstenções do Partido Social Democrata.

1.9 – Minuta do protocolo a celebrar entre o Município de Angra do Heroísmo e a RTP – Rádio e Televisão de Portugal, S.A., respeitante à cedência do edifício escolar sito na Canada Nova, São Carlos, Freguesia de São Pedro, para aprovação do órgão deliberativo, bem como das respectivas condições gerais, nos termos da alínea i), n.º 2, artigo 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro.

O Sr. d.m. Nuno Melo Alves – “Devido a um conjunto de questões que vamos anunciar, temos muitas dúvidas em relação à proposta de concretização deste protocolo entre a RTP - Rádio e Televisão de Portugal S.A. com Sede na Avenida Marechal Gomes da Costa N.º 37 em Lisboa e a Câmara de Angra.

Isto deve ser para corrigir. Devia ser Angra e não Horta. Deve-se corrigir também este conteúdo, o que me parece manifestamente pouco para ocupação de um espaço público.

Por outro lado, esta empresa que está em causa, a RTP S.A., (não está em causa a RTP Açores que não existe como empresa), é uma empresa anunciada para ser privatizada e, ao que parece, este tipo de protocolos com empresas privadas, são proibidos, segundo o que a presidente da Câmara disse em reunião de Câmara quando foi sugerido pela vereação do PP que se alargasse este tipo de apoios a outras entidades de informação residentes ou com Sede no concelho, uma vez que se estava a proceder a uma discriminação de uma empresa a favor de outras. Uma empresa que não será pública por muito tempo, como já foi anunciado.

Quanto ao futuro da RTP Açores, já foi anunciado no programa do governo que tomou posse outro dia...”

O Sr. presidente da Mesa – “O Sr. deputado não terá lido bem ou não ouviu o que foi dito pelo Sr. primeiro-ministro. O que foi dito é que, parte da RTP poderá vir a ser privatizada. Não a RTP Canal 1, muito menos as regionais.”

O Sr. d.m. Nuno Melo Alves – “Não tenha dúvida que o capital dela vai ser distribuído e ao sê-lo passará a ter um cariz e uma participação privada. Ao ter uma participação privada está a concorrer com outras empresas privadas, a não ser que seja separada em várias empresas. Não sabemos o que vai acontecer.

A minha afirmação é interpretativa tal como a sua e ambas são legítimas e a questão é que a dúvida existe demonstrando falta de cautela ao celebrar um protocolo de 15 anos. São quase 4 mandatos de uma Assembleia Municipal e de uma Câmara Municipal. Não são 5 nem 8. São 15 anos mais 5 renováveis se não for denunciado por nenhuma das partes. Trata-se de um protocolo com uma entidade que pode vir a desaparecer nos termos em que existe agora.

Acho que não há urgência neste protocolo, pelo menos da parte do município porque a RTP, como entidade, ou é considerada isenta e transmite aquilo no que tem interesse ou não é considerada isenta e tem que ter protocolos desta natureza para transmitir o seu interesse. É um pouco perigoso pensar nisso porque existem outras implicações e outros raciocínios que daqui derivam como muita facilidade.

É perigoso protocolar um pedido de divulgações desta natureza com uma empresa que supostamente tem a obrigação de ser imparcial e com comportamentos de interesse público por si só, no seu quadro e recebe dinheiro para uma actuação de interesse público recebendo para actuar em conformidade com esse princípio. No mínimo, parece-me um pouco redundante protocolar essa exigência.

Não sei se a Câmara terá outros usos para aquela escola mas julgo que não se deve favorecer um órgão de comunicação social quando, nos Açores, existem outras rádios e outros meios de comunicação social que não têm qualquer contrapartida desta natureza, sendo privados. A Câmara pode e deve abster-se de fazer concorrência com essas entidades através deste tipo de protocolos.

Por essas razões não podemos estar de acordo com esta proposta e, sobretudo, por aquele aspecto que referi de cautela. Pode haver dúvidas ou opiniões diferentes em relação ao futuro quadro em que existirá a RTP - Rádio e Televisão de Portugal com Sede em Lisboa ou a RTP Açores com Sede em Ponta Delgada.

Como não sabemos, parece-me prematuro não aguardar um 1 ou ano ou 2. Se, nessa altura, for ainda essa, a vontade da Câmara, poderá celebrar-se este protocolo, até porque a RTP Açores não ficará pior nem melhor do que já está, aguardando esse tempo.

Seguramente que a cobertura das festas de S. João ou de outros eventos da Câmara de Angra não ficarão melhores nem piores por causa deste protocolo. Mal seria se fossem melhores em termos noticiosos.”

O Sr. d.m. Luís Rendeiro – “Gostaria de esclarecer uma dúvida: Foram-me fornecidos 2 documentos diferentes em papel relativos à avaliação da escola de S. Carlos. Um deles tinha uma avaliação no valor de 600 000 (seiscentos mil euros) e um outro com a avaliação do valor final de 502 500 (quinhentos e dois mil e quinhentos euros). Gostaria de saber qual deles se refere ao valor final.”

A Sra. presidente da Câmara – “Um diz respeito à totalidade dos imóveis colocados naquele espaço. Há 2: Um diz respeito ao Plano dos Centenários e há um outro novo na retaguarda. Estamos a falar apenas do da retaguarda. Primeiro, o avaliador fez a avaliação global e depois pedimos especificamente, a outra.”

O Sr. d.m. Luís Rendeiro – “Muito bem. A segunda questão tem a ver com a matéria de facto. Entendemos que seria de uma mais-valia para o concelho de Angra do Heroísmo, a existência e permanência de uma delegação da RTP Açores neste concelho.

Do mesmo modo, entendemos que uma eventual saída ou perda da RTP Açores para outro concelho seria prejudicial e um fracasso para todos os que foram eleitos para zelar pelo melhor interesse do município.

Não temos as mesmas dúvidas do Sr. deputado Nuno Melo Alves quanto à questão da entidade pública ou privada, uma vez que, o que foi anunciado pelo Sr. primeiro-ministro, foi a privatização de um único canal da RTP, (ainda não sabemos se será o canal 1 ou o canal 2 a privatizar, mas será um deles) e toda a restante estrutura das regiões autónomas manter-se-ia. Nós não temos essa dúvida.

É publicamente reconhecido que as actuais instalações da RTP Açores em Angra são exíguas e provocam limitações ao trabalho dos seus profissionais e à qualidade do serviço público prestado. Havendo a disponibilidade do edifício da escola de S. Carlos, sendo este, adequado às necessidades e objectivos da RTP Açores e havendo a oportunidade de ver melhorado o serviço público da rádio e televisão, bem como a divulgação de actividades que ocorram no concelho e na ilha e também uma melhor promoção dos mesmos no contexto regional, entre outras contrapartidas previstas, nós vamos votar favoravelmente esta cedência do edifício da escola de S. Carlos à RTP Açores.”

Não se registando mais intervenções e posta à votação, **a Minuta constante do Ponto 1.9 foi aprovada por maioria**, com 32 votos a favor, (19 do Partido Socialista, 1 do deputado municipal independente e 12 do Partido Social Democrata) e 3 votos contra do CDS-PP.

1.10 – Primeira revisão ao Plano Plurianual de Investimentos e Orçamento para 2011, dos Serviços Municipalizados de Angra do Heroísmo, para aprovação da Assembleia Municipal, nos termos da alínea b), n.º 2, artigo 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, para inscrição da rubrica “Titulares de órgãos de soberania e membros dos órgãos autárquicos”, com o valor de €1 100,00 (mil e cem euros), destinados à atribuição de senhas de presença aos elementos do Conselho de Administração, nos termos da proposta aprovada na sessão da Assembleia Municipal de 29 de Abril último. A revisão contém também a inscrição, novamente, do projecto relativo à cobertura dos decantadores primários, realizado na ETAR da Grota do Vale, no valor de €43 000,00 (quarenta e três mil euros), essencialmente para pagamento de revisões de preços.

O Sr. d.m. Nuno Melo Alves – “Com esta revisão do orçamento, propõe-se integrar na rubrica das remunerações, as ditas senhas de presença, às quais este partido se opôs e votou contra, na anterior sessão. Naturalmente que, em consonância com isso, não poderíamos deixar de votar contra, esta alteração. Muito obrigado.”

Não se registando mais intervenções e posta à votação, **foi aprovada por maioria** com 32 votos a favor, (21 do Partido Socialista e 1 do deputado municipal independente), 10 abstenções do Partido Social Democrata e 3 votos contra do CDS-PP.

1.11 – Alteração do artigo 32.º do Regulamento Municipal de Resíduos Urbanos e Limpeza Pública do Concelho de Angra do Heroísmo, atendendo ao preço exorbitantes da sua publicação no Diário da República, passando a ter a seguinte redacção: “O presente Regulamento entra em vigor após publicação em edital e no portal do Município”, para aprovação do órgão deliberativo, nos termos da alínea a), n.º 2, artigo 53.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro.

O Sr. d.m. Francisco Barros – “Confesso que se não tivesse lido o resumo que acompanha a documentação, portanto, a cópia da acta da reunião ou reuniões de Câmara onde estes documentos foram previamente aprovados e submetidos à Assembleia, eu não iria pedir a palavra para este ponto.

Trata-se apenas de uma proposta de alteração de um artigo do regulamento que tem como único objectivo, (não é nenhuma alteração àquilo que aprovámos anteriormente), poupar ao município, 28 241,26€ (vinte e oito mil duzentos e quarenta e um euros e vinte e seis cêntimos) que é o que o Diário da República cobraria para que isto fosse lá publicado conforme estava no regulamento.

A própria informação utiliza o adjectivo «exorbitante» para a publicação. Há uma proposta de alteração para que, em vez de ser publicado em Diário da República, o seja em edital e no portal do município, evitando um encargo para o município de 28 241,26€. É tão-somente isto que vamos votar. Tudo pacífico quanto ao resto do documento.

Fiquei boquiaberto! Percebo as razões de natureza política de fundo, de oposição a determinados moldes programáticos do município, a determinada orientação e perspectiva de encarar o dia-a-dia da gestão do mesmo; agora, para uma matéria deste género, que nada tem de natureza política, tratando-se apenas de uma questão processual e verificando-se que, só porque esta proposta veio dos SM, na reunião de Câmara correspondente, o Sr. vereador do CDS-PP vota contra.

Que fique aqui registado que o CDS-PP é contra uma redução de 28 241,26€ do orçamento da Câmara. Muito obrigado.”

O Sr. d.m. Nuno Melo Alves – “Tenho que corrigir o Sr. deputado Francisco Barros. O CDS-PP não é contra nenhuma poupança por parte da Câmara. O CDS-PP é contra a não publicação disto em Jornal Oficial. Se quiser, vá ao site da Câmara e veja o que está em vigor actualmente chamado «Regulamento de Posturas». Lá, também estão mencionadas muitas para quem urinar, defecar, cuspir ou atirar lixo para o chão ou fizer outras coisas na rua. Está no site da Câmara, foi publicado em Diário da República. As coisas são publicadas em Diário da República para que sejam do conhecimento geral.

Nós concordamos com parte do conteúdo deste documento; não concordamos, é que ele seja aplicado antes de se criarem condições. Ainda há pouco, falávamos dos rios de urina que saem dos urinóis provisórios que estão montados nas ruas de Angra e não há urinóis

públicos como havia no Alto das Covas. Não são do meu tempo porque não tenho assim tanta idade como isso, mas houve urinóis públicos no Alto das Covas. Ainda os há ao pé do jardim de Angra mas são poucos.

Já expusemos as razões em várias ocasiões mas podemos repeti-las. Quando criticámos o regulamento em si, foi porque agora é que estão a ser instalados os baldes de lixo nas ruas de Angra, mas a multa está em vigor desde a publicação. Achamos que houve aqui extemporaneidade.

Por outro lado, achamos que um regulamento tão severo e rigoroso como este, tem que ser divulgado e tornado público como outras coisas. Que eu saiba, o método para que isso aconteça, é o Jornal Oficial ou, neste caso, o Diário da República. Se calhar, podia ter havido a alternativa do Jornal Oficial. Não sei se ela seria viável.

Deixar de fora a publicação em Diário da República que é de circulação obrigatória para conhecimento geral, para se resumir apenas a um cantinho do site da Câmara, acho pouco. Hoje à tarde tive o cuidado de consultar os documentos que lá estão e quantas vezes foram descarregados. Alguns foram descarregados 3 vezes. 3 Vezes! Por exemplo, este de «Posturas» que existe, talvez tenha sido descarregado uma centena de vezes. Não me recordo agora do número exacto, por isso nem vou arriscar essa centena de vezes.

Este que vigora neste momento, o Regulamento de Posturas da Câmara de Angra, (quem tem internet pode consultá-lo agora), está lá e fala em muitas das coisas mencionadas neste regulamento. Porque é que um há-de ter um tratamento inferior ao outro? Porque é que o documento actual que a Câmara aprovou com questões que defende com sendo válidas e importantes, não há-de ter a divulgação e publicação que o outro teve?

Essa é a razão do nosso voto contra e não tem a ver com o facto de querer 28 mil euros a mais ou a menos. 28 Mil euros poupam-se em muita coisa. Na divulgação de uma peça legislativa desta importância que vai mexer com a vida de um cidadão pela positiva como nós achamos que deve ser, (pela positiva na medida em que tenta forçar a falta de civismo que, às vezes, existe), é importante a divulgação adequada e correcta.

Se calhar, 28 mil euros saem mais baratos do que, se isto sair numa edição de um boletim municipal, por exemplo. Já vimos que cada edição do boletim municipal tem um custo de 14 mil euros nalgumas ocasiões. Se bem me recordo, isto foi objecto de uma discussão há um ano na Serreta. Não sei se alguém se recorda desse número.”

A Sra. presidente da Câmara – “É de boa memória, sim senhor! É, é! Óptima! Esta, até agora, estava a correr bem melhor. Há um ano atrás! “

O Sr. d.m. Nuno Melo Alves – “Não sei. Não sei. Não sei se estava a correr bem melhor ou bem pior! Temos outras coisas para ver em relação a essa... Tem que passar na Serreta para ver se outras coisas estão nos conformes, mas isso é outra questão.

Ao contrário do que disse o Sr. deputado Francisco Barros, a nossa oposição não tem nada a ver com o querer ou não querer poupar dinheiro...”

A Sra. presidente da Câmara – “Tem a ver com perseguição!”

O Sr. d.m. Nuno Melo Alves – “Não tem a ver com perseguição nenhuma. Vá ver o actual regulamento...”

A Sra. presidente da Câmara – “Tem a ver com o carimbo de onde vem!”

O Sr. d.m. Nuno Melo Alves – “Não tem a ver com nenhum carimbo de onde vem. Vá ver o actual regulamento de posturas municipais que versa sobre matérias idênticas, algumas

semelhantes a estas e que, provavelmente serão substituídas por estas. Esse teve o direito a publicação em Diário da República...”

A Sra. presidente da Câmara – “Há quantos anos foi isso!”

O Sr. d.m. Nuno Melo Alves – “Não foi há anos. Foi em 2002.”

A Sra. presidente da Câmara – “Pois. Há 10 anos!”

O Sr. d.m. Nuno Melo Alves – “Há 10 anos, sim. Qual é o problema?”

O Sr. d.m. João Santos – “Quanto é que custou na altura?”

O Sr. d.m. Nuno Melo Alves – “Não sei quanto é que custou! Não é isso que está em causa!”

A Sra. presidente da Câmara – “Quantas páginas tinha um e quantas tem o outro?!”

O Sr. d.m. Nuno Melo Alves – “Não está em causa quanto custou. O que está em causa é a publicação em documento oficial.”

A Sra. presidente da Câmara – “Nem sequer podia ser de outra forma há 10 anos atrás.”

O Sr. d.m. Nuno Melo Alves – “Pois! Hoje também não devia ser de outra forma. Podia ser exactamente da mesma maneira que é agora porque essa questão da lei não alterou em relação aos editais. Agora, a Câmara pode argumentar. Tem mais instrumentos para divulgar. Tendo mais instrumentos, não inviabiliza que utilize esse. Obrigado, Sr. presidente.”

O Sr. d.m. Francisco Barros – “Sr. deputado Nuno Alves, eu disse e reitero: Não estamos a discutir aqui eventuais rios de urina que possam escorrer do Alto das Covas até à Praça Velha. Se tem algum problema uterino relativamente a isso, é um assunto que não vem para o caso.

O que estávamos aqui a discutir única e exclusivamente, era esta proposta e folgo em saber que, na sua opinião, a publicação num edital, no portal do município e outras formas de divulgação, é quase como esconder um regulamento.

Pelos vistos, o órgão de comunicação social mais lido neste país e, fundamentalmente na cidade de Angra, pela sua lógica, é o Diário da República. Estamos conversados. Muito obrigado.”

Não se registando mais intervenções e posta à votação, **a Alteração constante do Ponto 1.11 foi aprovada por maioria**, com 34 votos a favor, (21 do Partido Socialista, 1 do deputado municipal independente e 12 do Partido Social Democrata) e 3 votos contra do CDS-PP.

2 – DO GRUPO MUNICIPAL DO PARTIDO SOCIALISTA

2.1 – Recomendação do Partido Socialista, no sentido da Assembleia Municipal recomendar à Câmara Municipal para que o antigo Reservatório de água construído na Freguesia de Santa Bárbara seja classificado de Património Municipal.

O Sr. presidente da Mesa – “Nem sempre quando assinamos de cruz, fazemos bem.”

O Sr. d.m. Luís Rendeiro – “O grupo municipal do PSD, não só concorda, como entende associar-se a esta recomendação do Partido Socialista. Obrigado.”

Posta à votação, a recomendação constante do Ponto 2.1 foi aprovada por unanimidade.

3 – DO GRUPO MUNICIPAL DO PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA

3.1 – Recomendação do Partido Social Democrata, de 27 de Junho de 2011, no sentido da Assembleia Municipal recomendar à Câmara Municipal a realização de obras de melhoramento nos edifícios escolares das Freguesias das Cinco Ribeiras, Santa Bárbara e Doze Ribeiras.

O Sr. d.m. Luís Rendeiro – “Penso que pouco mais haverá a dizer acerca deste tema. É factual e público que qualquer solução que veja a ser tomada para a construção da escola de Santa Bárbara, vai demorar tempo.

Até lá, até que sejam tomadas todas as decisões finais e seja possível passar a fase administrativa e burocrática de uma nova obra que aqui se venha a fazer, as escolas têm que funcionar e os alunos têm que ter aulas com as condições mínimas para que possam adquirir e consolidar os seus conhecimentos e formação.

Como tal e tendo em conta o que já consta da Carta Educativa do concelho onde estão elencadas todas as carências e lacunas das escolas aqui mencionadas, o grupo municipal do PSD entendeu apresentar esta recomendação no sentido de adequar as infra-estruturas existentes para o fim a que foram projectadas desde a primeira hora para que possam continuar a funcionar ainda melhor enquanto forem necessárias até que a solução definitiva (que, pelos vistos não será tomada num tempo imediato), possa ser assumida, quer pelo município, quer pela secretaria regional.”

O Sr. d.m. Francisco Barros – “O grupo municipal do Partido Socialista votará favoravelmente esta proposta, mas é importante que fiquem claros 3 ou 4 aspectos. Primeiro: No entendimento deste grupo municipal, é imperioso que se faça a nova escola de Santa Bárbara. É esta a nossa posição hoje como foi esta a nossa posição no passado, como foi esta a nossa posição no mandato anterior aquando da discussão e aprovação da Carta Escolar do concelho que previa a construção deste equipamento, ao contrário do grupo municipal do PSD que votou contra.

Toda a gente tem direito a mudar de opinião, mas não queiram fazer da escola de Santa Bárbara uma bandeira que nunca foi a bandeira do PSD que se opunha à construção da referida escola. Mudou de opinião, está no seu direito. Que fique este primeiro registo.

O segundo registo é que, o objectivo estratégico da CM é o de dotar todo o concelho dos Altares a S. Sebastião, com um parque escolar do 1º ciclo de excelência com todas as condições para todos os alunos do concelho. Daí o investimento que se tem feito ao longo de todos estes anos na Ribeirinha, em S. Mateus, em S. Bartolomeu, S. Sebastião e por aí fora, com as obras de novos equipamentos: Pico da Urze, Alto das Covas, etc. Podemos ir por aí fora, quer em termos de melhoramentos, quer em termos da construção de novos equipamentos.

Que fique também registado que as obras que venham a ser feitas nestes estabelecimentos melhorando as suas condições, não sirvam de argumento amanhã para se dizer que, já que se

fez aqui um melhoramento, se considere que não haja lógica que a escola de Santa Bárbara seja construída.

O nosso entendimento e o nosso voto favorável vão no sentido que se trate de uma solução transitória enquanto não se dá início ao processo de construção da escola de Santa Bárbara. Esse será sempre o objectivo final.”

O Sr. d.m. Luís Rendeiro – “Saúdo a intervenção do grupo municipal do Partido Socialista e queria acrescentar que a posição do Partido Social Democrata em Angra está clara e límpida, foi reafirmada na última reunião de Câmara aberta ao público aqui na freguesia de Santa Bárbara e julgo que não restarão quaisquer dúvidas a esse respeito.

A nossa preocupação é apenas a que está transcrita no texto da nossa proposta e, como tal, volto a saudar a posição do grupo municipal do Partido Socialista.”

O Sr. d.m. Nuno Melo Alves – “Não nos vamos pronunciar sobre questões relacionadas com a escola. Não mudámos nem deixámos de mudar de opinião. Não nos preocupamos com isso. Quem mudou de opinião foi a secretaria e a Câmara diz que está a tratar do assunto. A ver vamos. Vamos votar a favor porque já se percebeu que haverá um atraso; por isso concordamos com a proposta do PSD.

Não fazendo uma adenda à proposta, queria pedir à Sra. presidente da Câmara que tenha em conta uma coisa: Na última reunião pública de Câmara que decorreu aqui em Santa Bárbara, tinha dito que a escola poderia ser cedida para Sede dos escoteiros de Santa Bárbara. Se calhar, com estes adiamentos, podia arranjar-se-lhes outra Sede.”

Não se registando mais intervenções e posta à votação, **a Recomendação constante do Ponto 3.1 foi aprovada por unanimidade.**

3.2 – Voto de congratulação do Partido Social Democrata, de 27 de Junho de 2011, ao Terceira Basket Club, pelo título de campeão nacional da Proliga com especial brilho e mérito.

O Sr. d.m. Nuno Melo Alves – “Há 2 votos de congratulação para este tema. Não sei se vão ser votados ao mesmo tempo ou se preferem votá-los separados.”

O Sr. presidente da Mesa – “Tem razão. Podemos discuti-los ao mesmo sempre no pressuposto de economizarmos tempo, mas funcionam como se estivessem separados.”

O Sr. d.m. Francisco Barros – “Apenas para dar conta que o grupo municipal do Partido Socialista, não só, votará favoravelmente, como também se associa ao Voto do CDS-PP e ao do PSD sobre a congratulação relativa ao Terceira Basket, ao Voto de congratulação ao José Eliseu e, num registo diferente, ao Voto de pesar pelo falecimento do Sr. Francisco Martins, ex-presidente da Casa do Povo de S. Sebastião.”

O Sr. d.m. Cipriano Sousa Martins – “Gostava de me associar a esta homenagem ao José Eliseu. Para além de uma pessoa sempre disponível, é um amigo. É com muito prazer que me associo a esta homenagem.”

Posto à votação, **o Voto de congratulação constante do Ponto 3.2 foi aprovado por unanimidade.**

3.3 – Voto de congratulação do Partido Social Democrata, de 27 de Junho de 2011, a José Eliseu Mendes Costa, pelos trinta anos de desempenho da relevante actividade de

improvisador, divulgando de forma brilhante a nossa cultura e o nome de Angra do Heroísmo.

O Sr. d.m. Nuno Melo Alves – “Para abreviar, também nos associamos a este voto e, à semelhança do grupo municipal do PS, também nos associaremos ao voto de pesar que será anunciado à frente.”

Posto à votação, o Voto de congratulação constante do Ponto 3.3 foi aprovado por unanimidade.

3.4 – Voto de Pesar pelo falecimento de Francisco Raimundo Alves Martins.

Não se registando quaisquer intervenções e posto à votação, o Voto de pesar constante do Ponto 3.4 foi aprovado por unanimidade.

4. DO GRUPO MUNICIPAL DO CDS-PP

4.1 – Voto de congratulação do CDS-PP, ao Fórum Terceira Basket, pela brilhante conquista do título de campeão da Proliga de Basquetebol.

Posto à votação, o Voto de congratulação constante do Ponto 4.1 foi aprovado por unanimidade.

5. DA MESA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

5.1 – Proposta de atribuição de medalhas de Honra do Município de Angra do Heroísmo às seguintes personalidades:

- Dr. Ruy Weber de Mendonça;
- Dr. Jorge de Almeida Leal Monjardino.

Medalha de Mérito Municipal – Classe Mérito Filantrópico – à Estrutura Operacional de Emergência de Angra do Heroísmo (Companhia de Socorro) da Cruz Vermelha Portuguesa.

O Sr. presidente da Mesa – “Gostaria de começar por dizer que os 3 nomes que apresentei na Conferência de Líderes, eram 3 nomes que eu tinha referido à Sra. presidente da Câmara há cerca de 2 anos. Por incúria minha, não voltámos a falar da situação.

Para que não haja confusão em relação às medalhas atribuídas no dia da região ou no dia de Portugal, são atribuições a título póstumo a pessoas que eu conheci. O caso do médico que ainda é vivo, é pessoa que também conheço.

Passaria a ler um resumo dos currículos. Para além dos 3 médicos, acrescentei também, por proposta do Sr. deputado Luís Rendeiro, a Unidade de Socorro da Cruz Vermelha. A intenção é que estas propostas possam ser subscritas por todos os grupos parlamentares.

Começaria pelo Dr. Jorge de Almeida Leal Monjardino que nasceu em Angra em 1936 e se licenciou em 1952 na Faculdade de Medicina de Lisboa com 20 valores.

Jorge Monjardino foi também professor assistente na mesma universidade, leccionando anatomia. Anos depois vence também o concurso nacional para ingressar nos hospitais civis de Lisboa realizando uma especialização em cirurgia.

Cumpriu o serviço militar como oficial médico em Moçambique. Mais tarde regressa à Terceira e ocupa as funções de director de cirurgia do Hospital de Santo Espírito de Angra do Heroísmo. Pertenceu ao corpo docente da Escola Superior de Enfermagem entre o período de 1979 e 2003.

Jorge Monjardino esteve também politicamente activo, exercendo diversos cargos nos órgãos regionais do CDS-PP. Faleceu a 24 de Outubro de 2007. Isto é o que diz a nota breve sobre a vida dele.

Gostaria de acrescentar que privei de perto com o Dr. Jorge Monjardino. Considerei-o sempre uma referência, um homem bom, um homem de valores, um homem conhecedor profundo dos clássicos, um melómano como poucos e isso revela a sensibilidade de homem bom que fez muito pela sua terra. Por isso, julgo que é mais do que justo que esta Assembleia e a Câmara Municipal lhe prestem a homenagem por essa via.

O Dr. Weber Mendonça nasceu em S. Jorge. Fez o liceu em Angra do Heroísmo, tendo terminado o curso em 1948. Iniciou o curso de medicina no mesmo ano, tendo interrompido por 2 vezes, primeiro devido ao cumprimento do serviço militar obrigatório e da segunda vez, como expedicionário ao ex-Estado da Índia.

Concluiu a licenciatura em Coimbra em 1960, fez estágio na clínica médica dos hospitais da mesma cidade de Novembro de 1960 até 1961. Em 1967 fez exame de obstetrícia na Ordem dos Médicos, tendo sido aprovado por unanimidade.

Fez exame final de internato de obstetrícia e ginecologia a 18 de Janeiro de 1970, tendo sido aprovado como «Bom». Fez concurso de graduado de obstetrícia e ginecologia na maternidade Dr. Alfredo da Costa em 24 de Novembro de 1970, tendo sido classificado com 16 valores.

O Dr. Weber Mendonça tomou posse como chefe de Serviço de Ginecologia e Obstetrícia do Hospital de Angra a 1 de Agosto de 1972 e depois foi nomeado director deste mesmo serviço. Foi eleito para representante médico do conselho geral do mesmo Hospital em Janeiro de 1983, cargo que exerceu durante 2 anos e foi eleito para a direcção médica desse hospital a 18 de Março de 1985, cargo que exerceu por diversos anos.

Resumi também o curriculum do Dr. Weber Mendonça que é referenciado fundamentalmente como tendo sido o primeiro obstetra a funcionar na nossa ilha e a organizar um serviço de grande êxito do ponto de vista de resultados.

Apesar da diferença de idade, privei de perto com ele e também tive a oportunidade de verificar a sua personalidade. Era um homem amante da sua terra sempre disposto a fazer e praticar o bem.

Finalmente temos uma terceira figura, felizmente viva que é o Dr. Germano de Sousa.

O Dr. José Germano nasceu em S. Miguel mas, dado que o pai tinha uma profissão que o obrigava a deslocar-se para diferentes ilhas, cedo veio para a Terceira, fazendo todo o seu percurso liceal em Angra do Heroísmo. Ainda hoje gosta de ser referenciado como sendo um terceirense. Deixou amigos desde essa altura e tem feito outros depois de ter deixado a Terceira.

O Dr. José Germano nasceu em S. Miguel em Janeiro de 1943, tendo vindo para a Terceira com tenra idade. Frequentou o liceu de Angra até à sua conclusão, tendo rumado a Coimbra de seguida onde concluiu o curso de medicina em 1966.

Entre os diversos cargos que exerceu, o Dr. José Germano foi director do Serviço de Patologia Clínica do Hospital Fernando Fonseca, professor associado de Bioquímica Médica da Faculdade de Ciências Médicas da Universidade Nova de Lisboa, regente do curso de magistramento em Patologia Química da mesma universidade, fez parte do corpo directivo do Gabinete de Ensino Pré-graduado da Universidade Nova de Lisboa, professor catedrático da Universidade Atlântica, director do Colégio do Ensino Pós-graduado da mesma universidade, vice-presidente da Associação Europeia de Médicos Hospitalares, bastonário da Ordem dos Médicos nos triénios 1999-2011 e 2002-2004, conselheiro do Conselho Nacional de Ética das Ciências da Vida, presidente da Comunidade Médica de Língua Portuguesa, presidente da Associação Nacional de Laboratórios Clínicos, foi também presidente da Assembleia Municipal de Cascais, possuindo a medalha de honra daquele município. Também lhe foi atribuída a medalha de honra da Câmara Municipal do Nordeste. Possui ainda a medalha de mérito da Ordem dos Médicos.

Por ter sido um autarca, por toda a sua trajectória nesta terra, por ser um defensor da vida e dos costumes dos terceirenses, pelo curriculum que li de forma breve e pelos cargos desempenhados ao serviço público, penso que também é um nome que deveria merecer a nossa votação para atribuição de uma medalha do município.

Finalmente tenho aqui a Unidade de Socorro da Cruz Vermelha criada em Junho de 1990. Esta unidade foi louvada e condecorada com a medalha de louvor da Cruz Vermelha em 1999, louvada e condecorada com a medalha de benemerência em 2005. É constituída por voluntários que incluem médicos, enfermeiros, socorristas e socorristas reanimadores.

Em 2011 a Unidade de Socorro de Angra passou a designar-se Estrutura Operacional de Emergência que tem a seguinte orgânica: Um coordenador local de emergência, 2 adjuntos, o Centro de coordenação, comunicação e informação, o Centro técnico de saúde, o Pelotão de administração e logística e o Secretariado. Para além disso tem também o Pelotão de emergência.

Desde a sua fundação, a Unidade de Socorro (tal como falávamos na Conferência de Líderes, esta será, talvez a referência mais importante), realizou 19 cursos, formando até ao momento, 1120 pessoas.

Embora actualmente possua no seu activo, apenas 72 elementos, penso que esta Unidade de Socorro tem sido uma escola de valores e tem lançado na sociedade, pessoas com conhecimentos que podem sempre ser úteis, em primeiro lugar, aos próprios e em segundo, aos cidadãos que não têm formação em primeiros socorros.

Penso que coloquei aqui de forma breve, as razões por que se apresenta uma instituição e 3 nomes, 2 deles a título póstumo. Gostaria de pôr à discussão e à votação por escrutínio secreto.”

A Sra. d.m. Rita Andrade – “Agora vai ficar a conhecer o meu outro nome. Não sei se terão conhecimento, mas o Dr. Weber Mendonça é meu tio, irmão da minha avó. Fiquei agradavelmente surpreendida porque saí mais cedo da reunião de preparação desta Assembleia quando o Luís falou dos nomes. Sabia que havia estes nomes mas não sabia quem eram e fiquei agradavelmente surpreendida.

Em nome da família gostaria de agradecer este reconhecimento público do trabalho efectuado pelo meu tio em Angra e através dos doentes das outras ilhas que tiveram que recorrer a ele. Muito obrigada.

Como sou familiar, não sei se poderei votar. Não sei se haverá algum impedimento.”

O Sr. presidente da Mesa – “Presumo que não haverá problema devido à distância de parentesco. Não vejo nenhum inconveniente nesse sentido. Se fosse filha ou irmã seria diferente.”

O Sr. d.m. Nuno Melo Alves – “Faria uma sugestão, Sr. presidente. Não encontrei no site da Câmara nenhuma listagem dos detentores das insígnias que já receberam esta imposição e foram homenageados pelo município ao longo dos anos. Não sei se isso existe publicado no site. Eu não consegui encontrar. A minha sugestão é que passe para o site porque, se serve para divulgar os regulamentos, também poderá servir para divulgar isso. Se calhar deve estar. É mais seguro.

Por outro lado, lembrar-lhe-ia que em relação ao doutoramento, também já o Sr. presidente dizia outro dia e está registado na acta, que, para um Parecer, há sempre 100 de outro sentido. Não vamos por aí.”

O Sr. presidente da Mesa – “Temos quê? Desculpe, eu não percebi!”

O Sr. d.m. Nuno Melo Alves – “Para um Parecer, há sempre 100 de sentido contrário. Consegue-se arranjar outro de sentido contrário. Teve a ver com o aparte que a Sra. presidente fez.”

A Sra. presidente da Câmara – “Um aparte que era suposto ter piada...”

O Sr. d.m. Francisco Barros – “Na sequência do que foi conversado na Conferência de Líderes, é só para dar conta que o nosso grupo municipal subscreverá as propostas apresentadas pelo Sr. presidente.

Levanta-se apenas a questão, se faremos 4 votações ou 1 votação conjunta. É a única questão que se pode colocar aqui. Em bom rigor, regulamentarmente serão 4 votações, 1 para cada nome.”

O Sr. d.m. Nuno Melo Alves – “A minha sugestão é que se cumpra o ritual das 4 votações, não só para assegurar quem queira votar de sentido diverso, mas por uma razão da dignidade individual que cada um dos homenageados deve ter. Acho que devemos respeitar essa separação e não misturar. Trata-se de pessoas e 1 instituição.”

O Sr. presidente da Mesa – “Perfeitamente de acordo.”

O Sr. d.m. Domingos Cunha – “Muito obrigado Sr. presidente. Sras. e Srs. deputados municipais, Sra. presidente da Câmara e Srs. vereadores, Exmo. Público.

Não posso ficar indiferente a estas 2 propostas que aqui serão votadas relativamente a 2 distintos médicos, 2 personalidades distintas, quer no seu percurso profissional, quer no pessoal e familiar, com quem tive o grato prazer de conviver e aprender.

Para os médicos da minha geração são 2 referências de formação médica, de formação ética, de formação humana que a todos nós tocaram e a mim em particular, ensinando-me muito.

Lidei mais com o Dr. Weber Mendonça, não por razões de afinidade da mesma terra onde nascemos, mas por outras razões profissionais. Quer o Dr. Weber Mendonça, quer o Dr. Jorge Monjardino, eram 2 ilustres médicos reconhecidos não só a nível nacional, como internacionalmente que, além de muitas outras da sua vida profissional, pessoal e familiar, tinham uma particularidade: Eram grandes amigos e excelentes professores dos mais jovens.

Penso que os médicos da minha geração ficam muito reconhecidos à Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo por esta iniciativa e esta atribuição de medalhas que são de todo o mérito e me apraz registar. Muito obrigado.”

O Sr. presidente da Mesa – “Temos ainda aqui uma questão para resolver. Relativamente à Unidade de Socorro penso que não há dúvida que é a medalha de Bons serviços municipais.”

O Sr. d.m. Vasco Capaz – “A medalha de Bons serviços Municipais é só para os trabalhadores da Câmara. Ou é a medalha de Honra municipal ou a de Mérito municipal.”

O Sr. d.m. João Maria Mendes – “Se me permitem, parece-me que depois de tudo o que se disse em relação a estes três médicos, só convinha que lhes fosse atribuída a medalha de honra e não, a medalha de mérito municipal. Dois Já morreram e o outro é um senhor de alguma idade. Parece-me que é de menos, atribuir-lhes a medalha mais baixa que a Câmara possui.”

O Sr. presidente da Mesa – “Peço desculpa por não ter estudado bem a lição previamente. O que é verdade é que, por exemplo, o Dr. José Germano tem a medalha de honra da Câmara do Nordeste e a medalha de honra da Câmara de Cascais. Parece fazer todo o sentido.”

O Sr. d.m. Manuel Conde Bettencourt – “Boa noite Sr. presidente, Sra. presidente da Câmara e ilustres vereadores, colegas deputados e público que ainda assiste.

Esta questão que o João levantou denota um problema que nós temos de critério de organização e sistematização de análise dos personagens ou das biografias. Não sei qual foi a génese desta proposta. Não sei se foi o Dr. Ricardo Barros que, em Conferência de Líderes, por iniciativa ou análise exclusivamente sua, na sua qualidade de conhecedor dos personagens, achou por bem propor isso aos Líderes dos diferentes partidos e acertaram um procedimento.

Julgo que seria muito interessante que se constituísse uma pequena equipa que o assessorasse e tivesse a preocupação de fazer o levantamento das personagens que merecem ser saudadas e honradas pela Câmara e por esta Assembleia para que esse conjunto de critérios alcançados por essa equipa, se encaixasse depois nos personagens e ficássemos mais ou menos com uma ideia de qual o grau a conceder aos homenageados.

O João diz: «Bem, eles merecem a medalha de honra». Em princípio, não fará sentido uma medalha tão inferior mas a questão pode colocar-se, não é? Julgo que isto não deveria ficar debaixo de um critério demasiado subjectivo do preponente, mas sim, objecto de uma avaliação muito cuidada de um pequeno grupo de trabalho que eventualmente assessorasse o presidente da Assembleia e tivesse representantes dos diversos partidos intervenientes para que o produto final não suscitasse qualquer dúvida e fosse perfeitamente inequívoco. Era essa a sugestão que eu gostava de deixar em aberto. Muito obrigado.”

O Sr. presidente da Mesa – “Aceito a sugestão do Sr. deputado Manuel Conde. Vejo uma achega na sua intervenção e reconheço que, na Conferência de Líderes deveria ter logo referenciado qual o grau a atribuir. Admito perfeitamente que houve uma falha nesse sentido. Agora, há uma coisa que lhe posso garantir: Do ponto de vista de ponderação, relativamente aos nomes, não houve qualquer tipo de falha. Penso que é importante referi-lo.

É óbvio que, existindo um grupo mais alargado, se pode ter em carteira 20 ou 30 personalidades que depois podem ser graduadas e vão surgindo à medida que os anos vão passando. Estou perfeitamente de acordo com isso e acho que é positivo.

É sempre complicado quando conhecemos as pessoas de forma directa. Ou lê-se o curriculum ou é complicado estar a dizer-se tudo sobre as pessoas, além do mais, dado o adiantado da hora.

Julgo que numa próxima reunião, podemos partir para uma proposta no sentido de se constituir um grupo formado por elementos dos diferentes grupos parlamentares. Não me custa aceitar que o grupo parlamentar possa sugerir algum nome que não faça parte directamente da Assembleia, mas que, pelo seu passado, pela sua participação cívica, digamos assim, seja uma mais-valia para esse tipo de trabalho. Acho que devemos avançar nesse sentido. Neste caso, como lhe disse, se calhar, o problema foi ter deixado em banho-maria 2 anos (passe a expressão).

O Dr. Jorge Monjardino, por quem eu tinha a maior das admirações, foi medalhado agora na região e senti que a proposta poderia ter sido feita mais cedo. Também não estamos aqui em nenhum concurso sobre quem chegou primeiro à frente. Se reconhecemos a personalidade, penso que é quanto basta para que, um dia, digamos que chegou a hora.

Se me é permitido e para não termos dúvidas sobre o que se está a passar agora, relativamente à atribuição das medalhas, para os 3 médicos seriam as medalhas de honra e para a Unidade de Socorro, a medalha de mérito municipal.

Começaríamos por votar o Dr. Jorge Monjardino.”

Intervalo para pequena conferência com os líderes dos grupos municipais.

O Sr. presidente da Mesa – “Vamos recomeçar os nossos trabalhos. Depois de conferenciar com os líderes dos grupos municipais, achou-se prudente retirar para já e deixar para data posterior, o nome do Dr. José Germano.

Havia dúvidas quanto ao grau de atribuição da medalha e, nesse sentido, é preferível suspender a discussão sobre este nome e deixá-lo eventualmente para outra altura. É verdade que foi discutido aqui entre nós, mas tudo bem, não está na Comunicação Social. Merece outra ponderação. Faremos isso em altura própria. Neste caso ficamos só com 3 medalhas.”

O Sr. d.m. Manuel Conde Bettencourt – “Gostava que ficasse aqui bem salientado que estas decisões, não sejam, de forma alguma, transmissíveis à Comunicação Social. Pediria que se fizesse aqui como se faz no conselho de avaliação de turma dos alunos: O que se passou não sai porque seria muito deselegante se saísse.

Pediria a todos os colegas que usassem da máxima descrição e se comprometessem em não divulgar esta decisão da Assembleia quanto a este assunto. Muito obrigado.”

O Sr. presidente da Mesa – “Se me permitem, a primeira pessoa a ficar em causa seria eu próprio porque fui eu quem propôs o nome. Reforçando o que disse o Sr. deputado Manuel Conde, esta discussão não existiu e na altura oportuna veremos se é ou não, razoável, colocar a questão.”

O Sr. d.m. João Santos – “Se for do consenso dos grupos municipais que esta situação seja omissa da acta. Que não conste da acta.”

O Sr. presidente da Mesa – “Absolutamente.”

Postas à votação, foram aprovadas, por unanimidade, as propostas de atribuição de Medalha de Honra do Município e, por maioria qualificada, a proposta de Mérito Municipal – Classe Mérito Filantrópico.

O Sr. d.m. Vasco Capaz, na qualidade de 1.º secretário da Mesa, procedeu à leitura da minuta das deliberações que, posta à votação, foi aprovada por unanimidade.

O Sr. presidente da Mesa – “ Antes de terminarmos os nossos trabalhos, pedir-vos para cantar a esta hora, vai ser um bocado complicado. No entanto, se alguém quiser cantar, tanto melhor. Queria pedir, pelo menos, uma salva de palmas para o nosso deputado João Tavares que faz anos hoje.”

Foram cantados os parabéns ao Sr. d.m. João Tavares.

O Sr. presidente da Mesa – “Muito obrigado e até à próxima reunião.”

Nada mais havendo a tratar, deu-se por encerrada a sessão, pelas 00:35 do dia 30 de Junho de 2011, da qual se lavrou a presente acta que vai assinada pelo presidente da Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo e pelo 1º secretário da respectiva Mesa.

O Presidente da Mesa

Ricardo Manuel Rodrigues Barros

O 1º Secretário

Vasco Augusto Pinheiro Gonçalves Capaz